



DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Vítor Manuel Caio Roque
Cláudio José dos Santos Percheiro
Daniel Abilio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Após o anúncio de diversos diplomas que deram entrada na Mesa, procedeu-se à votação, na generalidade, na especialidade e em votação final global, da proposta de lei n.º 9/V, que autoriza o Governo a estabelecer o novo regime de júri em processo penal, a qual foi aprovada.

A Câmara aprovou ainda, em votação final global, a proposta de lei n.º 1/V, que altera a Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, que regula o exercício do direito de associação dos estudantes.

Concluiu-se o debate, na generalidade, das propostas de lei n.º 14/V — Orçamento do Estado para 1988, e 15/V — Grandes Opções do Plano para 1988, que foram aprovadas. Produziram intervenções finais, além do Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva), os Srs. Deputados Raul Castro (ID), Maria Santos (Os Verdes), Nogueira de Brito (CDS), Hermínio Martinho (PRD), Carlos Carvalhas (PCP), João Cravinho (PS) e Correia Afonso (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro Cordeiro Dâmaso.
Álvaro José Rodrigues Carvalho.
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
António Abílio Costa.
António Augusto Lacerda de Queirós.
António de Carvalho Martins.
António Costa de A. de Sousa Lara.
António Fernandes Ribeiro.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José de Carvalho.
António Maria Oliveira de Matos.
António Maria Pereira.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Belarmino Henrques Correia.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Carlos Sacramento Esmervaldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
César da Costa Santos.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco Jardim Ramos.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Gilberto Parca Madail.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Álvaro Poças Santos.
João Costa da Silva.

João Domingos F. de Abreu Salgado.
João Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João Manuel Ascensão Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Assunção Marques.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mário Lemos Damião.
José Mendes Bota.
José Mendes Melo Alves.
José de Vargas Bulcão.
Licínio Moreira da Silva.
Luís Amadeu Barradas Amaral.
Luís António Damásio Capoulas.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel Maria Moreira.
Margarida Borges de Carvalho.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
Marília Dulce Coelho Raimundo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mateus Manuel Lopes de Brito.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Gomes da Silva.
Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Vítor Pereira Crespo.
Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Manuel Avelino.

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Álvaro Jaime Neves da Silva.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Fernandes Silva Braga.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Carvalho Vitorino.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Morais Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Edmundo Pedro.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vicira.
 Fernando Ribeiro Moniz.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Francisco Igrejas Caciro.
 Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
 Helena de Melo Torres Marques.
 João Barroso Soares.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Jorge Lacão Costa.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lelo Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gamciro dos Santos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousa da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junquiciro.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vicira.
 Vítor Manuel Caio Roque.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balsciro Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Jerónimo de Carvalho de Sousa.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Eduardo Linhares de Castro.
 José Manuel Antunes Mendes.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Luísa Amorim.

Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José da Silva Lopes.
 Natália de Oliveira Correia.
 Rui José dos Santos Silva.
 Vítor Manuel Ávila da Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa, foram admitidos e baixaram às 2.º, 10.º e 1.º Comissões, respectivamente, os seguintes diplomas: projecto de lei n.º 135/V — Gestão hospitalar, apresentado pelo Sr. Deputado Vidigal Amaro e outros, do PCP; projecto de lei n.º 136/V — Exercício das competências das autarquias abrangidas pela Zona de Intervenção do Gabinete da Área de Sines, apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Percheiro e outros, do PCP; proposta de lei n.º 21/V — Concede ao Governo autorização legislativa para estabelecer o processamento das transgressões e contravenções ainda subsistentes, apresentada pelo Governo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tal como vem indicado no *Boletim Informativo*, os trabalhos parlamentares reabrem no dia 12 de Janeiro de 1988, pelas 15 horas. Recordo, no entanto, que até essa data temos reuniões plenárias, como foi ontem anunciado, nos dias 18, 22, 28, 29 e 30 do corrente mês, sendo os três últimos dias destinados à discussão e votação, na especialidade, das propostas de lei do Orçamento do Estado para 1988 e das Grandes Opções do Plano para 1988.

Srs. Deputados, o calendário referente à presença dos membros do Governo na Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano para a votação da despesa, na especialidade, do Orçamento do Estado para 1988 é o seguinte:

Dia 17 de Dezembro de 1987 (quinta-feira):

15 horas — Secretaria de Estado da Cultura;
 16 horas e 30 minutos — Ministro da Agricultura,
 Pescas e Alimentação;
 18 horas — Ministro da Educação;

Dia 18 de Dezembro de 1987 (sexta-feira):

- 10 horas — Ministro do Planeamento e da Administração do Território;
- 15 horas — Ministro da Defesa Nacional;
- 18 horas — Ministro da Justiça;

Dia 19 de Dezembro de 1987 (sábado):

- 10 horas — Ministro do Emprego e da Segurança Social;
- 12 horas — Ministro do Comércio e Turismo;
- 15 horas — Ministro da Administração Interna;

Dia 21 de Dezembro de 1987 (segunda-feira):

- 10 horas — Ministra da Saúde;
- 15 horas — Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- 17 horas — Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 19 horas — Ministro da Indústria e Energia;
- 22 horas — Ministro Adjunto e da Juventude;

Dia 22 de Dezembro de 1987 (terça-feira):

Todo o dia, a partir das 10 horas — Ministro das Finanças.

Antes de dar início ao debate das propostas de lei do Orçamento do Estado para 1988 e das Grandes Opções do Plano para 1988, vamos votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 9/V — Autoriza o Governo a estabelecer o novo regime de júri em processo penal e, em votação final global, tal como ficou assente em conferência de líderes, a proposta de lei n.º 1/V — Altera a Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, que regula o exercício do direito de associação dos estudantes.

Vamos então votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 9/V, que autoriza o Governo a estabelecer o novo regime de júri em processo penal.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do PRD e do CDS, votos contra do PCP e da ID e abstenção de Os Verdes.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, creio que foi estabelecido ontem, na 1.ª Comissão, que a proposta de lei n.º 9/V não baixava à Comissão a fim de ser discutida na especialidade, pelo que pode ser votada, de imediato, na especialidade e em votação final global.

O Sr. Presidente: — Vamos então proceder à votação, na especialidade, dos artigos 1.º, 2.º e 3.º da proposta de lei n.º 9/V.

Submetidos à votação, foram aprovados, com votos a favor do PSD, do PS, do PRD e do CDS, votos contra do PCP e da ID e abstenção de Os Verdes.

São os seguintes:

Artigo 1.º

Fica o Governo autorizado a aprovar o diploma relativo ao júri, de acordo com o preceituado nos artigos seguintes.

Artigo 2.º

O diploma a aprovar regulará a constituição do tribunal do júri, a capacidade para ser jurado, bem como o processo de selecção e o estatuto dos jurados.

Artigo 3.º

A autorização conferida por esta lei tem a duração de 90 dias contados a partir da sua entrada em vigor.

Vamos proceder à votação final global.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do PRD e do CDS, votos contra do PCP e da ID e abstenção de Os Verdes.

Vamos proceder à votação final global da proposta de lei n.º 1/V — Altera a Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, que regula o exercício do direito de associação dos estudantes.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos dar início às intervenções finais relativas às propostas de lei n.º 14/V (Orçamento do Estado para 1988) e n.º 15/V (Grandes Opções do Plano para 1988).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Quebrando-se uma prática de vários anos, não faz este ano a RTP a cobertura habitual do debate sobre as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1988.

Ninguém podrá dizer que tal se deve à reduzida importância das matérias em apreço. E não seremos nós a cometer a heresia de imputar ao Governo e à sua maioria a responsabilidade desta ruptura numa prática de vários anos.

Poderemos apenas dizer que essa prática não é do agrado da maioria e, pelo visto, tal desagrado transmitiu-se, por osmose, à RTP, já que não é lícito pôr em causa a isenção da Televisão, como se verifica todos os dias pelas suas tão pluralistas emissões.

O Sr. João Correger da Fonseca (ID): — Muito bem!

O Orador: — Fica o País privado de tomar conhecimento das críticas das várias forças da oposição ao Orçamento do Governo. É certo. Mas, afinal, ninguém tem culpa disso, especialmente o Governo e a sua maioria parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Afirmei o Sr. Ministro das Finanças que este Orçamento é «não expansionista e não contracionista». Trata-se de uma afirmação difícil de entender pelo comum dos mortais, já que se trata de duas expressões antagónicas.

A verdade é que estamos em presença de um Orçamento claramente contracionista, como resulta da simples comparação de alguns dados em relação a 1987 e 1988. Segundo os números apresentados pelo Governo, o consumo privado crescerá menos de metade, no próximo ano, do que aumentou no ano corrente, a formação bruta de capital fixo desce de 16 % para 9,5 % e o produto interno bruto baixa de cerca de 5 % para 3 3/4 %.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são, deste modo, instrumento de travagem no processo do crescimento económico verificado em 1986 e 1987, não obstante se manterem as excepcionais condições externas dos preços do petróleo e das matérias-primas e da baixa do dólar e da taxa de juros, de que o Governo pôde beneficiar. E quando o Sr. Ministro das Finanças diz que o Governo não fará «reduções do nível do bem-estar das famílias», importa perguntar: mas de quais famílias? Daquelas poucas que arrecadaram milhões de contos com a especulação na Bolsa? Ou da grande maioria das famílias portuguesas, das famílias dos trabalhadores e dos titulares de rendimentos fixos, a quem o Governo quer aplicar a «desaceleração dos salários» e outras medidas restritivas?

Chegamos, assim, aos aspectos que essencialmente caracterizam a política do Governo, contida nas propostas de lei das Grandes Opções e do Orçamento.

Quando o Governo afirma que «vai criar um novo código de relacionamento e funcionamento entre o Estado e a sociedade» do qual «o processo de privatização das empresas públicas é uma das peças fundamentais» e quando até já se sabe que são as empresas públicas rentáveis que o Governo quer entregar ao capital privado, o que se trata, afinal, é de passar para os grupos privados um crescente poder, que é, simultaneamente, económico e político.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Muito bem!

O Orador: — Ao mesmo tempo, anuncia-se, na proposta de lei das Grandes Opções do Plano, no que respeita ao investimento público, no tocante a infra-estruturas, que se deverá observar «uma acentuada desaceleração», mas acrescenta-se, por outro lado, que «a despesa de capital do sector público referente a apoios ao investimento privado apresentará um aumento substancial».

E afirma-se ainda que «os salários nominais deverão conhecer uma desaceleração consistente com o objectivo para a inflação» e que a partilha dos ganhos de produtividade está estreitamente relacionada com o crescimento do investimento, o que, no contexto das Grandes Opções, só permite a conclusão de que a totalidade ou a grande maioria dos ganhos de produtividade deverão ir para o capital e não para a remuneração do trabalho.

De resto, se algumas dúvidas ainda pudessem existir quanto ao grande objectivo do Governo que é a concentração capitalista, a proposta de lei laboral retiraria quaisquer ilusões a tal respeito.

A política de rendimentos, que o Governo vem pondo em prática e intenta prosseguir, é a outra face da mesma moeda do processo de concentração capitalista, tendente à formação de grandes grupos económicos, à custa, naturalmente, também da injustiça na proporção da distribuição do rendimento nacional.

Apesar de a parte dos rendimentos do trabalho ser cada vez menor, não tendo, naturalmente, qualquer possibilidade de comparação com o que se passa nos outros países da CEE, o Governo pretende diminuí-la ainda mais, aumentando consequentemente a parte respeitante ao capital.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Importa ainda salientar que este Orçamento apresenta um agravamento da carga fiscal que se estima em 15,6 %, como consequência, em especial, do aumento da taxa geral do IVA de 16 % para 17 % e do imposto do sclo, cujo aumento é de 50 %.

Mas não só. A intensificação da tributação dos rendimentos do trabalho quer através do imposto profissional quer do imposto complementar está também na base de tal agravamento fiscal, o qual vai corresponder à injustiça fiscal, jáposta em prática pelo Governo em 1987, bastando referir que houve, nesse ano, um excesso entre receitas efectivas e orçamentadas de mais de 5 milhões de contos no imposto profissional e 12 milhões no imposto complementar, embora aqui apenas uma parte desse acréscimo seja devida à secção A, enquanto na contribuição industrial a receita vá ficar em menos de 8,7 milhões de contos e no imposto de capitais em menos de 8,5 milhões de contos.

Por outro lado, apesar de o Governo pretender uma nova redução do peso dos salários, a actualização dos escalões do imposto profissional em montante inferior ao crescimento provável dos salários implicará o agravamento desse imposto sobre os rendimentos do trabalho. Também não se actualizam os escalões do imposto complementar por referência à taxa de crescimento dos rendimentos do trabalho em 1987.

E que dizer, além do clamor geral das autarquias e da Associação Nacional de Municípios, das verbas irrisórias que o Governo lhes quer atribuir?

E que dizer do crédito ao sector privado, que deverá aumentar 9,3 %, enquanto o crédito ao sector público deverá apenas crescer 2,1 %?

O que se tem de dizer a estas Grandes Opções e ao Orçamento do Estado para 1988 é que ambos definem as linhas de uma política do Governo que são a negação dos princípios fundamentais contidos na Constituição, uma política norteada pela defesa dos interesses de uma minoria de grandes capitalistas e de grandes grupos económicos e não dos interesses da grande maioria da população, por muito que o Governo se empenhe em afirmar uma imagem diferente.

Por isso, a Intervenção Democrática votará contra estas Grandes Opções e este Orçamento.

Aplausos da ID e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Para continuar a sobreviver — não porque compreenda os desafios que as teses ecologistas colocam à sociedade no seu conjunto — o Poder preocupa-se, cada vez mais, em proteger pelo menos uma parte do meio ambiente. E fá-lo não por inquietação filantrópica da famosa «qualidade de vida», mas simplesmente para poder continuar a funcionar.

Poderemos dizer que passou a ter consciência de que mesmo a Natureza tem os seus limites, de que os recursos naturais são, sem dúvida, consideráveis, abundantes e gratuitos, mas que, com a degradação do ambiente, se tornou necessário, já hoje, recicrá-los e de que isso custa caro.

O poder económico entendeu, portanto, que deveria integrar os constrangimentos ecológicos na sua lógica e que essa integração só é possível se a conceptualizar e implantar no seu próprio discurso e na sua prática. Passou

a considerar o ambiente como área de investimento político e económico, passando a utilizá-lo como produto que se consome e polui até ao esgotamento e à destruição.

O ambiente passou a ocupar lugar de destaque na estratégia da apropriação lucrativista dos recursos pelos grandes círculos financeiros, que fizeram dele uma fonte de lucros, que o transformam em mercadoria, produzindo-o, ou seja, reciclando-o, como acontece com algumas indústrias da bacia do Ave, que necessitam de reciclar a água que anteriormente poluíram para a utilizarem de novo.

Ficam, pois, cada vez mais claros os objectivos da política de ambiente deste governo e na proposta de lei do Orçamento são nítidos esses princípios de gestão economicista dos recursos.

Acentua-se a degradação do mundo rural e da actividade agrícola, face à crescente ocupação dos solos pelas grandes estruturas empresariais que fomentam as monoculturas, de que se destaca a plantação indiscriminada de eucaliptos.

Os principais agentes poluidores continuam impunes, enquanto as disfunções ambientais se aprofundam, afectando em particular a nossa rede hídrica, sem que entretanto o Governo assuma uma eficaz intervenção regularizadora ou faça sair legislação que estabeleça os níveis de poluição possíveis, regulamente o licenciamento industrial e dote a Lei de Bases do Ambiente dos mecanismos legais necessários à sua urgente aplicação.

Pelo contrário, a acção governamental dispersa-se em acções pontuais, empoladas para efeitos de propaganda, reparte-se em programas, projectos, estudos e *dossiers*, que anualmente divulga. A constatar: a contaminação das nossas águas superficiais e subterrâneas, devido ao não tratamento dos efluentes das indústrias; a contaminação dos solos e dos cursos de água, nomeadamente através do zinco e do cobre, nas zonas de vinha do Douro e no centro do País; que na região do Alentejo e serra algarvia o corte da floresta natural de sobre e azinho tem provocado a erosão e a desertificação; que continuam críticas, devido à poluição atmosférica, as zonas de Estarreja, Barreiro, Seixal, Sines, Lisboa e Porto; que a poluição das nossas zonas estuarinas, por efluentes industriais e urbanos, dificulta a manutenção das condições favoráveis à reprodução das espécies aquáticas e ao refúgio de espécies migradoras; que a erosão, a desertificação e a poluição dos nossos solos é devida à expansão desordenada da urbanização, à utilização de culturas e práticas agrícolas inadequadas, entre outras, e, finalmente, para não cansar todos vós, porque, infelizmente, os exemplos existem, o próprio Governo constata a destruição do coberto florestal, o aumento do nível do ruído e a forte pressão do turismo sobre as nossas zonas costeiras, com a consequente destruição dos ecossistemas do litoral e a poluição da água.

Esta é apenas parte dessa realidade.

Mas o Orçamento do Estado, em áreas prioritárias, como é o ambiente, decreto para todos nós, reduz a dotação de 2,7 para 2,6 milhões de contos, o que significa, tendo em conta a inflação prevista pelo próprio Governo, um decréscimo real de 12 %. No sector de abastecimento e defesa do consumidor, que, tendo já baixado as dotações em 1987, as vê novamente baixar em 1988, passando de 113 000 para 103 000 contos.

Com reduções acentuadas dos investimentos públicos e da função social do Estado, sendo também de restrição drástica os meios financeiros para as autarquias locais, o que

politicamente reflecte a tendência centralizadora da estrutura administrativa e o consequente bloqueio do processo de descentralização e regionalização.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Com os traços da sua política e do seu Orçamento, pretende o Governo proporcionar e assegurar a apropriação privada de alguns sistemas ecológicos, descortinando-se mesmo intenções veladas de subverter o espírito da Lei do Ambiente, entregando a associações, a industriais e a grupos económicos privados a responsabilidade da gestão dos recursos naturais e mesmo da fiscalização dos níveis de poluição.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: São igualmente nossas preocupações o alargamento do Campo de Tiro de Alcachete, situado na área envolvente da principal zona húmida do País; a Reserva Natural do Estuário do Tejo, com a respectiva verba de 550 000 contos orçamentada desde já para expropriação de terrenos, mesmo que os estudos de impacte ambiental que o próprio Secretário de Estado do Ambiente prometeu venham a demonstrar a inviabilidade do seu alargamento, e ainda a verba inscrita de cerca de 100 000 contos para estudos de segurança em centrais nucleares e de tecnologia de reactores nucleares, o que dá credibilidade às notícias que vieram a público, num passado recente, da existência de projectos para a construção de duas centrais nucleares no nosso país.

Estas foram, Sr.º e Srs. Deputados, algumas das realidades que lemos por detrás dos números e das percentagens do Orçamento do Estado e que reflectem não o sentimento de que é preciso que o ser humano se reconcilie com a Natureza e com as coisas, fazendo delas o nicho harmonioso e amado que abrigue a sua história, mas um modo de vida que, por detrás dos números, também se lê e que não é nem pode ser generalizável a toda a população, pois as suas «vantagens» bem relativas e questionáveis só existem porque reservadas a uma pequena minoria.

Por tudo isto, votaremos contra as propostas de lei das Grandes Opções do Plano para 1988 e do Orçamento do Estado para 1988.

Aplausos do PCP e da ID.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O CDS participou activamente no debate parlamentar, cuja primeira fase chega hoje ao seu termo.

Fê-lo com o mesmo espírito de sempre, ou seja, com a consciência de que os documentos sobre os quais a Assembleia da República é chamada a pronunciar-se condicionam, de modo muito efectivo, a vida dos Portugueses não apenas no próximo mas nos próximos anos. Assim sendo, o único modo como, na óptica do partido, podem ser analisados e avaliados é o que se traduz em aferir a sua conformidade com a nossa perspectiva do interesse nacional.

Para o CDS as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado têm um conteúdo demasiado sério para poderem ser utilizados como instrumentos proporcionadores de meras vantagens táticas, postos ao mero serviço de clientelas e de interesses eleitoralistas.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É o que, em nosso entender, constitui aquilo que muitos designam como óptica de Estado e de que temos sido um exemplo vivo e sacrificado nos últimos tempos.

Simplesmente, e é sempre bom recordá-lo, a óptica de Estado não significa, em democracia, automática adesão aos pontos de vista e aos modos de actuar do Governo, mesmo que este seja apoiado por um partido que colheu conjunturalmente o voto maioritário dos Portugueses.

A óptica de Estado, em regime democrático, é servida, e só por isso, pela afirmação objectiva do entendimento que cada partido tem e dá a conhecer do interesse nacional, mesmo que isso signifique ou não oposição a governos maioritários.

Foi com essa perspectiva que participámos neste processo, passando pela apreciação das propostas e elementos informativos que as acompanhavam, pelas trocas de impressão que tivemos com os membros do Governo responsáveis pelos vários sectores e por esta discussão em plenário.

É em função de todo este trabalho que estamos em condições de afirmar, como já oportunamente o fizemos, que os dois documentos agora em causa não podem merecer a nossa aprovação.

E não podem merecer a nossa aprovação por três razões fundamentais:

Porque lhes falta perspectiva política global;

Porque a estreita perspectiva política que os enforma se não compatibiliza com a nossa ideia do interesse nacional;

Porque agravam, em nosso entender desnecessariamente, os interesses dos Portugueses e hipotecam o seu futuro colectivo.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A perspectiva política evidenciada no Orçamento do Estado há-de resultar da articulação com a proposta das Grandes Opções do Plano.

Ora em contradição com o Orçamento e o Plano para 1987, o Governo passou a entender a exigência do n.º 2 do artigo 108.º da Constituição da República Portuguesa no contexto estrito da alínea c) do artigo 93.º e apresentou, como matriz do Orçamento do Estado para 1988, apenas uma proposta de Grandes Opções do Plano anual.

Foi, portanto, abandonada a ideia de elaboração de um plano a médio prazo, muito embora se trate agora de um governo que dispõe de apoio parlamentar perspectivador de uma duração equivalente ao prazo normal da legislatura, ao contrário do que acontecia com o governo passado.

Apesar disso, isto é, apesar de se tratar apenas das Grandes Opções do Plano anual, não houve modificação sensível no que respeita ao grau de precisão dos objectivos enunciados e das metas apontadas como balizas para a elaboração do Plano e como inspiração ou matriz para a construção do Orçamento.

Com efeito, o Plano, ou melhor, as suas Grandes Opções, que são apresentadas agora à Assembleia, continuam a ter apenas uma vaga relação com os reais objectivos que, no próximo ano, o Governo se propõe prosseguir em termos de política económica.

Aliás, não pode passar sem referência uma vez mais a circunstância de, no próprio relatório anexo à proposta de lei e a propósito das macrorreferências para 1988, se assinalar que o comportamento das principais variáveis deverá enquadrar-se nos objectivos da política económica traçados para o médio prazo no PCEDED.

Quer dizer que a verdadeira sede das opções condicionadoras do OE para 1988 não reside na proposta em discussão mas num documento sobre o qual a Assembleia não chegou, nem chegará, a pronunciar-se, uma vez que foi já aprovado por resolução do Conselho de Ministros.

Quanto à proposta em discussão, aliás não se trata verdadeiramente de opções, de escolhas, mas de um conjunto de intenções mais ou menos piedosas sobre as quais é difícil não se estar de acordo, mas que não são verdadeiramente aptas a fundamentar as escolhas que não podem deixar de ser feitas no Orçamento.

Todos ou quase todos estamos de acordo sobre a necessidade de aproximar a economia portuguesa dos níveis europeus, de valorizar o potencial humano e cultural do País, de organizar o nosso espaço físico, modernizar as infraestruturas, de favorecer a inovação institucional e reforçar a solidariedade social.

O que já não se alcança com facilidade é a relação entre tais objectivos e as medidas políticas vagamente preconizadas para os alcançar e aquilo que se espera venha a acontecer em 1988 com as principais variáveis macroeconómicas, designadamente com a evolução perspectivada para o investimento global.

Temos, portanto, que as Grandes Opções, para além de o não serem, ao menos na perspectiva do Plano anual, se apresentam como completamente indiferentes do ponto de vista da construção da proposta orçamental para 1988. O que revela uma grave lacuna e um desajustamento resultantes de defeito da própria orgânica e composição do Governo e que acabam por colocar a proposta do Orçamento na fronteira do incumprimento das regras constitucionais.

O Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Muito bem!

O Orador: — O CDS repudia, como sempre o tem feito, a lógica do planeamento como único factor de racionalização da economia, mas tal não significa que consideremos o Orçamento como um mero exercício contabilístico e que aceitemos que a sua discussão na Assembleia possa deixar de ser a discussão da política económica nele definida sem equívocos pelo Governo para ser implementada no próximo ano.

Não acontece isso, repete-se, com estas propostas de Grandes Opções e de Orçamento e é lamentável que assim seja, pois há questões de importância vital sobre as quais é urgente tomar posição.

Referiremos as três que se nos afiguram mais relevantes.

A primeira é, sem dúvida, a que respeita à Segurança Social. O Governo continua neste Orçamento a inscrever, a título de transferência, para o orçamento da Segurança Social uma importância que não é suficiente para cobrir as despesas com o pagamento de benefícios do regime não contributivo e com a acção social, que a lei coloca expressamente a seu cargo. Quer isto dizer que as contribuições do regime geral — a cargo de beneficiários e entidades patronais — continuam a assumir natureza sobretudo fiscal, servindo para suportar encargos gerais do Estado.

Tudo leva, porém, a crer que, a breve prazo, o sistema só poderá continuar a suportar os seus encargos — designadamente os encargos com pensões — se vir substancialmente aumentadas as suas receitas.

Apesar da magnitude do problema, o Governo nada nos diz sobre o modo como pensa resolvê-lo e quando aumenta anualmente as pensões, como está desde 1984 obrigado a

fazer, nada diz sobre o modo como vai conseguir pagá-las dentro de alguns anos como também não nos diz como é que vai dotar o País de um seguro de desemprego compatível com uma política flexível de relações de trabalho.

Nas Grandes Opções há uma referência ao reforço da solidariedade social (quarta opção), mas no respectivo desenvolvimento sectorial verifica-se que não se vai além de vaguidades, enquanto na proposta do Orçamento apenas se pede autorização para rever integralmente o regime das isenções fiscais das instituições particulares de solidariedade social e associações de socorros mútuos. Muito pouco, ou praticamente nada.

A segunda questão importante é a das privatizações, esta com reflexos potencialmente importantes já sobre o Orçamento do próximo ano de 1988, tanto ao nível das receitas como das próprias despesas.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, estão já pendentes na Assembleia duas propostas de lei sobre o processo a seguir para privatizar uma parte do capital das empresas públicas, propostas que o apoio maioritário de que dispõe o Governo leva a crer que possam ser aprovadas a breve trecho, no decurso do próximo exercício orçamental.

No entanto, nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento do Estado nada se diz sobre a política a seguir na implementação de tal processo. O que vai fazer-se aos antigos titulares do capital das empresas a privatizar? E em que sectores e empresas se vai actuar? De acordo com que prioridades? Em que medida é que as privatizações contribuirão para incrementar a receita e diminuir a despesa e o défice? Nada se diz sobre o assunto em qualquer dos documentos.

Finalmente, a reforma administrativa.

Em termos de extensão da prosa que lhe respeita, estamos melhor do que nos dois últimos anos. O assunto é mais amplamente tratado mas convenhamos que nas Grandes Opções do Plano pouco mais do que se identificam alguns dos problemas que uma verdadeira reforma há-de ajudar a resolver, enquanto no Orçamento se não ultrapassa a visão contabilística já evidenciada em documentos anteriores.

Em suma, a proposta do Orçamento do Estado, em si e na sua conexão com as Grandes Opções, revela uma irremediável falta de perspectiva política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mas mesmo a acanhada perspectiva — peço só mais um minuto — que traduzem, ou seja, a verdadeira opção que comandou a elaboração do Orçamento do Estado, não corresponde, em nosso entender, à realização do interesse nacional.

Tal escolha ou opção prende-se, como é sabido, com a necessidade de recuperar um dos equilíbrios fundamentais da nossa economia, perdido novamente em consequência da derrapagem da política económica seguida no «biénio de ouro de 1986-1987», como lhe chama o Sr. Ministro das Finanças, e recuperá-lo através da tentativa de moderação da procura, de modo que não cresça muito mais do que o produto e não force, por isso, a um acrescido recurso às importações.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O que vai, porém, fazer o Governo para o conseguir?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, terminou o seu tempo, pelo que solicito que conclua a sua intervenção.

O Orador: — É apenas mais um minuto, Sr. Presidente. Reduzir e racionalizar a sua despesa, principalmente a de funcionamento e portanto a sua própria contribuição para o crescimento da procura? Não. O Governo, em vez de disciplinar e moderar os seus gastos, prefere penalizar a sociedade, agravando a carga fiscal sobre empresas e particulares e praticando uma política monetária fortemente restritiva, traduzida em limites impostos ao crédito que às mesmas empresas e particulares poderá ser concedido, já que a maior fatia continuará a satisfazer as próprias necessidades de financiamento do Estado, cuja dívida cresce de modo considerável.

Segue-se, portanto, que, apesar de a conjuntura externa continuar a ser favorável e prevendo-se até que em alguns aspectos a situação melhore em 1988, continuando o Estado a gastar e a endividar-se a um ritmo difícil de aceitar, quer o Governo que sejam as empresas e os particulares a suportar os ónus da sua política, ao mesmo tempo que, com a sua inabilidade, lhes fechou as portas do mercado de capitais (ainda ontem deixou de resgatar os seus títulos mais um fundo de investimento que inexplicavelmente continuou a poder vender o seu gato como se de lebre se tratasse).

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em nome de quê? Se se repete em vários pontos da prosa que acompanha qualquer das propostas que é precisamente no esforço das empresas privadas que se confia para fazer crescer o produto? Será caso para dizer, em jeito de quem previne: olhem para o que o Governo faz e não para o que ele diz.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, escolha contrária ao interesse nacional é que não seria nunca a escolha do CDS.

E, também, escolha que agrava a situação dos Portugueses, condenados a pagar mais impostos, a ser menos apoiados na sua actividade empreendedora e a ver consideravelmente diminuídas as possibilidades daquelas entidades que melhor têm atentado e zelado pelos seus interesses — as autarquias locais.

E tudo isto ao mesmo tempo que, com o crescimento da dívida pública, como que se hipoteca o futuro do País, diminuindo cada vez mais as possibilidades de mudar a situação.

Com o caminho que as coisas levam, dentro de alguns anos, a Administração Pública existirá apenas para organizar o serviço da dívida, cortar cupões e pagar juros, e para cobrar as receitas, cada vez mais avultadas, para o efeito necessárias.

E para contrapor a tudo isto, que é mau e negativo, há apenas a registar algumas prioridades sociais (com destaque para a educação), que não chegam porém a inverter a relação das despesas por grandes funções, e a tentativa, pouco clara de resto de explicitação da dívida oculta, nos meandros dos serviços e fundos autónomos.

É pouco e não chega.

Por isso votaremos contra.

Aplausos do CDS, de alguns deputados do PS e da deputada Maria Santos, de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, rectifico o seu pedido de mais um minuto, mas, efectivamente, foram quatro minutos e trinta segundos. Ora, isto continua a pôr problemas de disciplina de organização nos debates, pelo que teremos de organizar com mais cuidado esse assunto na conferência de líderes.

Srs. Deputados, encontra-se entre nós, na primeira galeria, um grupo de alunos da Escola Secundária de Montemor-o-Novo.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Martinho.

O Sr. Hermínio Martinho (PRD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Limitações de tempo obrigam-me a omitir muitas das questões que nos foram suscitadas pela análise das propostas do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1988.

Procurarei reter os aspectos que consideramos mais relevantes e evitarei pronunciar-me sobre temas já objecto de intervenções por parte da minha bancada, mesmo quando é absoluta a minha discordância, como sucede com o caso, para nós inadmissível, de transferência de verbas, através do FEF, para as autarquias locais.

O Orçamento do Estado para 1988 é, em certo sentido, um Orçamento «contrariado». De facto, ele não traduz, em escala suficiente, as promessas feitas ao eleitorado pelo PSD durante a campanha eleitoral e, por outro lado, não se afigura constituir o instrumento de que o Governo careceria para prosseguir a sua estratégia dita de «progresso controlado».

A restritividade é a pedra de toque num Orçamento que adia, por mais um ano, o financiamento das medidas de ajustamento estrutural necessárias à redução da enorme distância que nos separa da Europa em que estamos integrados.

Uma Europa que, tendencialmente, se propõe revitalizar a procura interna enquanto fonte de crescimento económico.

Em Portugal, em vez disso, constatamos que a filosofia que antecede e subordina a proposta do OE se baseia na contenção do consumo privado. É certo que esta variável cresceu este ano a um ritmo que não é compatível com as necessidades de regulação macroeconómica, mas não é menos certo que tal crescimento foi proporcionado, eu diria mesmo directamente estimulado, pelo Governo.

A estratégia de progresso controlado só valerá em certos períodos? Terão os justos de pagar, sempre, pelos pecadores? Ou será que não haverá apenas pecados em anos de eleições?

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No que toca às receitas há, na proposta do Orçamento do Estado, matéria para ampla e frontal discordância.

Quanto à tributação directa é, nomeadamente, surpreendente que, aceitando-se o princípio da indexação dos escalões de rendimento, se tenha operado, no caso do imposto profissional, uma actualização de apenas 6 %, valor da taxa de inflação esperada.

Não estão em causa as «garantias» que o Governo vai dando sobre a verosimilhança da meta fixada para a inflação. O que está em causa é que algum português venha a sentir que, de facto, os preços só vão aumentar 6 %. O IPC baseia-se numa estrutura de consumo que está hoje perfeitamente desactualizada. Países com bons aparelhos

estatísticos alteram, frequentemente, os métodos de cálculo da taxa de inflação. Entre nós, prefere-se escamotear a subida dos preços, ocultando-a através de subterfúgios aritméticos.

Incompreensivelmente, mantiveram-se sem actualização os escalões do imposto complementar, talvez porque, neste caso, a actualização teria de ser não inferior a 9 %, valor da taxa de inflação registada em 1987.

Pede-se, ao menos, ao Governo que faça uma previsão mais ajustada da cobrança deste imposto, já que em 1987 vai arrecadar quase o dobro do que havia orçamentado.

A fiscalidade incidente sobre os rendimentos do trabalho é, assim, um instrumento importante para condicionar o consumo privado. Mas não é o único. Também a tributação indirecta concorre substancialmente para esse objectivo, afigurando-se paradigmática a actuação do Governo em matéria do IVA. Para além de um aumento de taxa e do alargamento da base tributária, o Governo postula a sujeição a imposto das máquinas e alfaias agrícolas, justamente numa altura em que, sentindo enormes dificuldades de ajustamento estrutural à realidade europeia, o mundo rural se vê causticado pela aplicação, há longos anos suspensa, do imposto sobre a indústria agrícola. Será tudo isto tolerável num sistema produtivo em que a agricultura continua a ser o parente pobre? E que dizer da sujeição, à taxa de 30 %, de certos bens de consumo duradouro cuja utilização se afigura indispensável numa sociedade que, alegadamente, se quer moderna e capaz de ultrapassar a cauda da Europa?

Também a proposta do Governo em matéria fiscal não parece contribuir para tornar mais justo e menos distorcido o sistema fiscal português. E tudo isto é tanto mais surpreendente quanto, beneficiando dos trabalhos em curso tendentes à reforma fiscal, o Governo tinha estrita obrigação de, ao menos neste domínio, produzir alguma inovação.

Aqui também a tão falada promessa de criação do imposto único sobre rendimentos no ano de 1988 ficou na gaveta. No tocante às despesas, centrarei a minha intervenção no chamado PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). Faço-o porque, em meu entender, a Assembleia da República não dispõe de informação qualitativa bastante para julgar, com o necessário rigor, sobre as verbas colocadas à disposição dos serviços para assegurar o seu funcionamento corrente.

Também creio que a AR não tem possibilidade — nem deve — de discutir o PIDDAC até ao centavo. Deve, isso sim, discutir o enquadramento estratégico dos diversos programas e a adequação das acções propostas aos objectivos visados. A este propósito, devo dizer que o Governo se propõe investir 175 milhões de contos sabendo e dizendo em quê, mas não sabendo para quê.

Dir-se-á, para rebater esta ideia, que o Governo sabe «para quê», visto que operou uma profunda programação do PIDDAC. Mas, ainda assim, é caso para perguntar quais os critérios de selecção adoptados e qual o rigor na programação efectuada em 1987. Mais: em que medida é que a aludida reprogramação não estava já prevista quando, num ano de prováveis eleições, se multiplicou a inscrição de projectos de interesse duvidoso ou com pouca consistência?

Em condições normais de investimento industrial, a aplicação dos 175 milhões de contos com que o PIDDAC se encontra dotado permitiria a criação de 45 000 postos de trabalho. Qual é o custo de oportunidade, em termos sociais, do investimento do PIDDAC?

Quando teremos aqui, na Assembleia da República, informação bastante para nos podermos pronunciar sobre os investimentos que vamos reconduzindo ao longo dos anos? Não preciso, decerto, de exemplificar com os chamados PIDRs (programas integrados de desenvolvimento regional), que, com as suas enormes virtualidades, estão transformados em instrumentos de promoção das CCRs (comissões de coordenação regional) e não logram, sequer, compensar o interior do País das desigualdades que sofrem na repartição inter-regional das restantes verbas do PIDDAC.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A proposta das Grandes Opções do Plano para 1988 não é menos criticável do que a do OE, apesar — e, porventura, por causa — de ambas continuarem a ser preparadas por instâncias manifestamente distintas.

Por definição, Grandes Opções do Plano hão-se ser escolhas, inseridas no quadro de um processo de planeamento plurianual, com validade a médio ou, mesmo, a longo prazo, cabendo no horizonte anual, isso sim, a programação — com metas quantificadas e calendários definidos — das acções e das medidas legislativas que hão-de, progressivamente, conduzir à concretização das Grandes Opções propriamente ditas.

Mais uma vez esta programação está praticamente ausente do documento em apreço.

Da análise da proposta das GOPs resulta que o Governo não tem uma política própria, virada para a realidade nacional concreta, intérprete da situação real do País e dos interesses do seu povo, vista no contexto da sua evolução histórica específica e integrada, com lucidez e realismo, na abertura internacional da economia que a adesão à CEE formalizou.

O Governo louva-se, politicamente, nas políticas comunitárias, socorre-se, orçamentalmente, dos dinheiros comunitários e deixa o desenvolvimento do País, mesmo nos aspectos estruturais, nas mãos do sector privado. Temos, portanto, um governo que, por vezes, parece remeter-se ao papel de agência da burocacia administrativa e financeira comunitária e de sinaleiro do trânsito dos interesses privados.

A Comunidade Europeia, à qual o Governo vai prestando culto e oferecendo sacrifícios — sem que, por via disso, obtenha tratamento tão favorável quanto o concedido, por exemplo, à Grécia, visto que nos primeiro e segundo anos de adesão apenas recebemos, respectivamente, 74,4 % e 32,2 % dos recursos transferidos para aquele país, estimando-se ainda no terceiro ano que nos quedaremos nos 31 % (menos de um terço, portanto) —, a Comunidade Europeia, repito, tem ao seu nível plurinacional políticas estruturais definidas, planeadas e programadas, tem dispositivos poderosos de orientação e intervenção, não hesitando em corrigir os efeitos do mercado quando estes contrariam as suas orientações estruturais, preocupa-se com os rendimentos e os preços, enquadrando-os eficazmente, sujeita os seus financiamentos estruturais a análises rigorosas dos projectos candidatos — quer dizer, pratica um planeamento económico ao serviço de uma política de correção estrutural aos níveis sectorial e regional.

Esta lição das Comunidades é que em nossa opinião o Governo deveria aprender e adoptar na sua política.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As propostas das GOPs, pelo que dizem e pelo que omitem, nada trazem que politicamente justifique qualquer

alteração da atitude que tomámos perante o Programa do Governo — pelo contrário, acentuam e aprofundam as razões da nossa discordância.

Bom seria, também em nossa opinião, que o PSD assumisse, nesta Câmara, uma postura diferente da que tem adoptado ao longo do presente debate.

Em nossa opinião, não seria apenas a acção governativa a beneficiar com tal atitude — o País muito teria a ganhar se VV. Ex.º, Srs. Deputados Sociais-Democratas, fazendo jus a essa designação, não permitissem que certas orientações e propostas contidas nos documentos em apreço passem a ter consagração legal.

Pela nossa parte, obviamente, iremos votar contra as duas propostas de lei do Governo.

Aplausos do PRD, de alguns deputados do PS e da deputada Maria Santos, de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado confirmou ainda com mais clareza como eram fundadas as nossas apreciações.

As Grandes Opções do Plano são um conjunto de intenções abstractas e contraditórias, sem tradução orçamental nem medidas de política para as concretizar. As grandes macroeconómicas aí expressas, tal como nos últimos anos, carecem de qualquer fiabilidade. Mas, para além de toda a roupagem, o que elas revelam é que regressamos de novo ao ciclo dos défices externos. Apesar de a conjuntura externa ter sido favorável, mantém-se as fragilidades da economia portuguesa, tendo-se agravado mesmo o padrão da sua especialização e as suas dependências.

E se as opções expressas são vagas, há, pelo menos, duas implícitas que são muito concretas:

- a) A centralização e a concentração de capitais através da política económica e da aceleração da ofensiva de liquidação do sector empresarial do Estado — privatizações — numa postura de deliberado afrontamento constitucional;
- b) A aprovação de um pacote laboral que facilite os despedimentos, retire força aos trabalhadores e proporcione a obtenção de maiores taxas de mais-valia.

Quanto ao Orçamento, é nítido que estamos em presença de uma política de travagem de crescimento. Um Orçamento de agravamento do nível de vida dos estratos da população e dos agregados familiares mais desfavorecidos. Um Orçamento das escolhas dolorosas para o povo e de benesses para as clientelas mais chegadas ao Governo.

Um Orçamento que relega o económico e a criação de riqueza em favor do financeiro e da actividade meramente especulativa.

Como vão longe as promessas eleitorais do Sr. Primeiro-Ministro! Prometeu justiça social e atribui agora à massa salarial apenas 25 % do aumento do rendimento nacional por efeitos dos ganhos de produtividade. Garantiu, de viva voz, que com o seu governo não haveria aumento da carga fiscal e temos agora o acréscimo de 1 ponto percentual da referida carga, a desmentir as declarações eleitorais.

Propagandeou a justiça tributária e agrava os impostos profissional e complementar, o IVA e o peso dos impostos indirectos.

Prometeu olhar pelos mais desfavorecidos, mas apresenta agora a política orçamental de diminuição de subsídios a bens e serviços essenciais e reduz em termos reais as despesas públicas com a saúde, estagna as dotações para o subsídio de desemprego e apresenta o pacote da legislação do trabalho visando a ampla liberalização dos despedimentos individuais.

Comprometeu-se a seguir uma política de verdade, de rigor orçamental, de redução das contas públicas, e afinal, como ficou demonstrado, segue precisamente o caminho contrário.

Garantiu que iria ter uma atenção particular com os agricultores e agora tributa-lhes com o IVA os tractores e as alfaias agrícolas.

Apresentou com carácter imperativo um programa com gastos no sistema rodoviário de 35 milhões de contos para 1988. Afinal chegou-se a Dezembro e a dotação do PIDDAC fica-se nos 29 milhões, ou seja, uma bagatela de menos 6 milhões de contos no tal programa imperativo de pré-campanha eleitoral.

Estamos, de facto, longe das promessas, mas isto não embaraça o Governo.

Por isso não ficaremos nada surpreendidos se daqui a pouco o Sr. Primeiro-Ministro nos vier dizer, mais uma vez, que a economia portuguesa teve o maior crescimento de todos os países da OCDE, o que é redondamento falso; que estamos a crescer aceleradamente, quando a taxa de crescimento prevista para 1988 é inferior à dos últimos dois anos e inferior, por exemplo, à da vizinha Espanha; que apresentamos uma das taxas menos elevadas de desemprego da Europa comunitária, o que é uma grosseira mistificação em face do aumento dos inactivos e da contagem como empregados dos ocupados temporariamente; que as projecções macroeconómicas revelam elevada *performance* quando do que se trata é de tentar impor a perspectiva de uma taxa de inflação para com ela subordinar as negociações salariais; que estamos a aumentar a solidez da economia quando na verdade se agravam as suas vulnerabilidades, nomeadamente nos défices estruturais — alimentar, energético e bens de equipamento.

No entanto, o que certamente o Sr. Primeiro-Ministro não dirá é que Portugal foi o único país da CEE que ganhou com a favorável conjuntura externa em todos os tabuleiros, que no biénio de 1986-1987 Portugal desfrutou da melhor conjuntura internacional do pós-guerra e que o Governo com este totoloto não robusteceu o aparelho produtivo nem atenuou as dependências nem os desequilíbrios das contas públicas.

O que não dirá com certeza, mesmo glosando o Ministro das Finanças, e citamos, é que «olhando para os anos desde 1984, nunca houve um biénio como 1986-1987 com tão elevada *performance* para os grandes empresários da especulação das OPVs, que só até Novembro tinham realizado um encaixe de mais de 80 milhões de contos e que os respectivos ganhos continuam a não ser tributados».

Estamos também certos que não prometerá agora a baixa do preço do pão e do leite e também apostamos desde já, dobrado contra singelo, em que como não revelará que com o aumento do imposto do selo em 50 % as taxas de juros sobre os empréstimos vão aumentar meio ponto percentual.

Também não confirmará a evidência de que o défice orçamental está subavaliado e camuflado em muitos milhões, nomeadamente pelas operações de tesouraria, pelas dívidas de muitos milhões do sector da saúde e da educação, que o Governo afirma não estarem inscritos no Orçamento nem diz como os vai pagar, e pela inconstitucional elevação da dotação dita concorrencial.

Mas a oposição a este Orçamento e à política económica e financeira que ele comporta manifestada neste debate e no País por diversos e importantes sectores da vida nacional não anuncia somente o fim daquilo a que alguns têm chamado como um estado de graça do Governo, mas indica, estamos certos, o desenvolvimento e a intensificação da actividade oposicionista, que há-de preparar as condições para uma mudança da maioria para a imperiosa mudança da política.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na recente resolução do Comité Central do meu partido afirmámos que o Orçamento do Estado para 1988 reflecte como um espelho a política de direita; que a demagogia eleitoralista cede significativamente lugar a uma política claramente de classe ao serviço dos detentores dos altos rendimentos e contra a maioria da população laboriosa. É de facto assim.

Os Portugueses vão pagar mais impostos e vão ter menos justiça social.

Os Portugueses vão pagar mais e vão ter menos cuidados de saúde. As verbas do Serviço Nacional de Saúde têm decréscimos reais. O PIDDAC para a saúde tem menos 1 milhão de contos. E em 1987 o Estado gastou mais de 6 milhões de contos do que o previsto em boa parte com o redimensionamento, em vigor, das embalagens dos medicamentos, que aumentaram os lucros das transnacionais e lesaram os doentes, que os pagaram mais caros.

Na habitação continua a não ser dada a devida atenção à habitação social, registando o PIDDAC uma quebra, mesmo em termos nominais, de 12,5 %.

Na Segurança Social estagnam as verbas dos salários em atraso e do subsídio aos jovens à procura do primeiro emprego.

As pensões e reformas mínimas mantêm-se com níveis muito baixos. E se esta é a realidade para os reformados, para os que estão no activo é a ameaça dos despedimentos, que agora também atingirão, segundo o Programa do Governo, os trabalhadores da função pública.

Pela nossa parte, tal como já anunciámos, apresentaremos várias propostas procurando corrigir as injustiças mais gritantes quer em relação à tributação, nomeadamente em relação ao IVA e ao imposto complementar, quer em relação às despesas, cortando nos sacos azuis e nas de fachada e aumentando as dotações sociais.

Srs. Deputados, o Orçamento é também um efectivo instrumento de «agressão contraccionista e centralista ao poder local».

O Governo mostra estar disposto a aferir a autonomia financeira das autarquias, traçando o caminho da sua subordinação ao poder central, visando atingir as competências e a capacidade de decisão dos órgãos do poder local democrático. As consequências do erro de previsão do Governo de 40 milhões de contos na cobrança do IVA não podem ser imputadas às autarquias. Por isso propomos um aumento de 9 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro em relação a 1987 e que os cinco municípios com transportes urbanos continuem a receber as respectivas verbas de indemnizações compensatórias.

Aplausos do PCP e da ID.

O pendor centralista é de tal ordem que o Governo já teve o protesto da Associação Nacional dos Municípios e não deixa de ser significativo que um deputado do PSD tenha aqui nesta tribuna qualificado de incorrecta a afirmação de que a Região Autónoma dos Açores representa

um peso para o Orçamento, desde logo acrescentou o deputado, «porque nenhuma parcela do território nacional pode algum dia ser considerada um fardo para o Estado».

A afirmação tem destinatário certo: Aníbal Cavaco Silva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os documentos agora em apreço revelam também uma grada abdicação de uma política nacional de desenvolvimento. As dotações para o investimento não são pautadas pelas prioridades nacionais face às nossas realidades sócio-económicas. Decorrem mais das decisões de Bruxelas do que das decisões nacionais. E isto é particularmente sensível na política agrícola, pescas, ensino/formação profissional e desenvolvimento regional. Os programas comunitários foram concebidos para os países ricos e a sua aplicação avulsa está longe de corresponder às exigências do desenvolvimento.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — E esta situação é ainda agravada pela errada e submissa estratégia negocial do Governo — foi o próprio Ministro da Indústria que o disse —, como se verificou no fracasso da cimeira de Copenhaga e nas recentes atribuições das quotas de pesca.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, como os meus camaradas foram anunciando ao longo do debate, apresentaremos na especialidade várias propostas tendentes a preencher ou a minorar aquilo que consideramos as lacunas e os aspectos mais gravosos destas propostas de lei. Mas o que está em causa é toda a política económica, financeira e social. E se é verdade que as propostas de solução existem, também não é menos verdade que a alternativa não reside em tal ou tal força isolada, no egoísmo de partido, como o demonstra o passado recente, mas na unidade das forças de esquerda com respeito pela pluralidade do seu conjunto.

A cooperação e a unidade vão ser ainda mais necessárias nas próximas batalhas. A propaganda e a manipulação da comunicação social não encobrirão para sempre a realidade.

As portuguesas e os portugueses que foram iludidos verão na prática a quem serve a política do Governo.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Uma política que não resolverá os problemas fundamentais da economia portuguesa, uma política classista e de desestabilização económica e social, que além do mais comprometerá a independência nacional.

Por isso mesmo estamos certos que será derrotada com a luta dos democratas, dos patriotas e dos trabalhadores.

Aplausos do PCP, da ID e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Pedia à Sr.^a Vice-Presidente Manuela Aguiar o favor de me substituir por alguns momentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

Neste momento, assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Manuela Aguiar.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao abrir este debate, Vítor Constâncio formulou com precisão e clareza os dez graves erros de que enfermam estas propostas.

O PSD não teve ninguém capaz de refutar qualquer dos factos apontados, designadamente a constitucionalidade, as numerosas irregularidades e os atropelos que caracterizam a proposta do Orçamento. O Governo não fez melhor, antes confirmou a sua falta de argumentos, refugiando-se no silêncio ou em exposições marcadamente sectoriais.

Relembro as conclusões provadas por Vítor Constâncio: falta de transparéncia e de rigor de execução do OE de 1987 e da proposta de 1988, neste último caso com ocultação premeditada de défice na ordem dos 100 milhões de contos; violação frontal e directa da Constituição, das competências do Parlamento e da lei, muito em especial da Lei de Enquadramento do Orçamento; acentuação das injustiças fiscais e menosprezo das necessidades sociais, ao arrepio das promessas feitas antes da eleição; incoerência e incompatibilidade mútuas das GOPs, das políticas orçamentais, monetária, de crédito e do mercado de capitais, neste último caso traduzidas numa total inépcia para proteger o desenvolvimento racional da Bolsa e os pequenos aforradores; cerceamento das autarquias como agentes fundamentais do desenvolvimento regional e local participado; privilégio a clientelas e subalternização dos interesses dos trabalhadores, contra a própria lógica dos princípios mais elementares da consolidação da democracia.

Assim, não surpreenderá ninguém que o Partido Socialista vote contra as propostas das GOPs e do Orçamento e que o PS exponha algumas das razões que é preciso lembrar.

Mais pormenorizadamente, o PS votará contra a proposta de lei n.º 15/V porque: não há qualquer estruturação temporal que permita relacionar as opções propostas com os objectivos assinalados às GOPs anuais, nos termos da alínea c) do artigo 93.º da Constituição da República Portuguesa; há uma profunda inversão de situações em relação à normalidade programática, determinando a proposta do Orçamento disposições que esvaziam o campo de grandes opções a fazer no médio e longo prazo; na lógica do Governo, o verdadeiro plano de médio prazo é o PCEDED, aprovado, contra o que diz a Constituição, por decisão unilateral do Conselho de Ministros; não podem merecer qualquer fiabilidade as projecções macroeconómicas apresentadas, tendo em vista os notórios fracassos das tentativas feitas em 1986 e 1987.

Pese, embora, a inegável sedução intelectual de algumas ideias do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, a verdade é que a proposta das GOPs é irrelevante para a política económica que o Orçamento preconiza. Para essa política económica haver ou não haver GOPs é completamente irrelevante. O Governo não quer saber das GOPs do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território. Nós também não, senão para assinalar que o Sr. Ministro tem como principal adversário o seu próprio Governo e o deserto de ideias que caracteriza esse órgão de soberania.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Chegou a hora de um primeiro e decisivo balanço. Disse o Sr. Ministro das Finanças — e disse muito bem — no primeiro dia deste debate que «é evidente que antes e depois do Governo de Cavaco Silva não é o dilúvio, mas quase».

Esse é o tormento de consciência que neste debate emudeceu o PSD e banalizou as intervenções mecânicas do Governo. Um PSD sem chama, ausente, consciente de que a quantidade, só por si, pode não ser qualidade. E neste caso não o foi! Um governo agarrado ainda à autopropaganda mas já desnorteado e dividido, um governo assustado com a responsabilidade de uma surpreendente posição maioritária que sabe imerecida e feita de mil enganos, um governo em

desastrada fuga para a frente, perseguido pelas promessas que sabe não poder pagar, senão apenas a alguns, e essas estão sendo pagas, um governo desmoralizado pelo *boomerang* do enriquecimento eleitoral sem causa. O Ministro das Finanças, que, notoriamente, em matéria de previsões muito raramente acerta, desta vez acertou: «É evidente que antes e depois do Governo de Cavaco Silva não é o dilúvio, mas quase.»

Quando o Sr. Ministro das Finanças se queixa do peso do passado, queixa-se de si próprio como membro responsável de um governo AD, queixa-se do actual Sr. Primeiro-Ministro, autor de um primeiro milagre económico que tão caro nos custa ainda hoje. Quando o Sr. Ministro das Finanças se queixa do peso passado, queixa-se sobretudo do seu partido, o PSD, que se encontra «grudado» à mesa do Orçamento há quase uma década.

Risos do PS.

Nesse largo período o PSD mudou, assumiu e esqueceu o que foi preciso para se manter fiel à regra de ouro que o sustenta e fortalece. E essa regra de ouro traduz-se na irresistível atracção do PSD por um certo aumento das despesas do sector público administrativo. Com os governos AD o peso das despesas do SPA, em três anos, subiu de 33 % do PIB para 40 %. Os défices dos governos AD estão entre os maiores de sempre.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro das Finanças, é essencialmente daí que vem o peso do passado.

Em consequência, este governo pratica uma pura hipocrisia política, uma inaceitável mistificação, quando pretende insinuar que é vítima do peso de um passado a que é alheio. Este governo é do PSD, a menos que se queira dizer o contrário. Isato é, que este PSD é que é do Governo.

Aplausos do PS.

Não sendo este o caso, importa ao menos ter a decência de não fazer invocações mistificadoras do passado ou do futuro. Porque, como subscreveu o Sr. Primeiro-Ministro na proposta do OE para 1987, na p. 17, «a redução das necessidades de financiamento do Estado exige um elevado grau de disciplina orçamental. Qualquer desvio num ano reflecte-se ampliadamente nos anos seguintes». Sublinho esta última frase. Tem o Sr. Primeiro-Ministro toda a razão, nem sabe a razão que tem!

Risos do PS.

Talvez seja por isso que o Sr. Ministro das Finanças nos veio dizer que «depois do Governo de Cavaco Silva não é o dilúvio, mas quase».

Mais uma vez, a um pretenso milagre económico segue-se o descontrole das finanças públicas. Em economia pública não há milagres!

Os Srs. Ministros sabem isso muito bem a propósito deste Orçamento. Mas, como o Sr. Primeiro-Ministro não gosta que eles andem a falar por aí ...

Risos do PS e do CDS.

... os Srs. Ministros vão falando, mas oficialmente guardam de Conrado o oficial silêncio. Por isso, os Srs. Ministros respondem pouco ou nada aos quesitos, lá sabem porquê.

Risos do PS e do CDS.

Quem não poderá guardar silêncio é o contribuinte que vive do seu trabalho, é o cidadão que se sente logrado pelos milagres prometidos antes das eleições e que se desvanececeram sem explicação depois das eleições. Mistério! Mistério! O cidadão comum sente-se logrado e começa a descrever deste Governo. E com razão, o PSD é de novo o partido do crescimento da despesa pública, o partido do défice irresponsável, com a agravante de tudo fazer para ocultar a real dimensão desse défice.

Ficou provado, sem qualquer rebate sério, que o défice real desta proposta não é de 471 milhões, mas andará acima dos 550 milhões, havendo um ocultamento de défice próximo da ordem de grandeza de 100 milhões de contos. O peso das despesas públicas totais cresceu de 43,7 % do PIB em 1985 para 46,4 % em 1986, propondo-se o Governo atravessar clandestinamente, por tentativa de ocultação de despesa efectiva, o marco histórico de 50 % do PIB. Fracassou redondamente a tentativa de ocultação. Mas verificar-se-á esta nova passagem dos Alpes das finanças públicas? Aqui só há um mistério público, qual seja o de saber a quem se destinam as delícias de Cápuia desta fenomenal invasão da outra metade do produto interno bruto. Quem são os reais beneficiários do Governo de Cavaco Silva?

Não serão certamente os que vivem do seu trabalho e terão de pagar, em 1988, 40 % dos impostos directos, quando em 1985 apenas pagaram 33 %. Não, não será a população de baixo e médio rendimento, que vê aumentar a carga do IVA em 13 milhões de contos. Não serão os emigrantes, que vêm duplicar o imposto sobre as poupanças depositadas. E assim por diante, ficando sempre menos sobreacarregados outros rendimentos que não os do trabalho, ou até isentos, como sucede com os ganhos da Bolsa. Em matéria fiscal, o Governo quer usar dois pesos e duas medidas.

Não é exemplo único de dualidade de critério e interesse. Aliás, é ainda uma dualidade de critério que está por detrás da responsabilidade do Governo no escândalo moral e financeiro da Bolsa. O Governo quis lançar a Bolsa pela criação de condições escandalosas de enriquecimento sem causa de alguns grandes especuladores, deixando sem protecção mínima os legítimos interesses e direitos dos pequenos aforradores e investidores. Nesse escandaloso afundamento moral e financeiro, afundar-se-á a Bolsa e o próprio Governo, se este continuar incapaz de assegurar, como lhe compete, a criação de condições regulamentares e operacionais dignas de uma Bolsa europeia. Portugal precisa de uma Bolsa forte e eficaz. O País não pode mais tolerar um estado de coisas em que se conjuga a tolerância de grandes golpes, que noutros países serão impensáveis, e a inépcia de desastradas intervenções ou irresponsáveis demissões da função que cabe ao Governo. O Governo ateou o fogo da Bolsa sem ter garantido a existência de infraestruturas e de regulamentação que assegurasse a transparência, a verdade da informação, a defesa contra manipulações escandalosas. Nesse fogo que o Governo ateou ardem as pequenas poupanças e arderá também o Governo porque é moral e politicamente responsável pelo caos que ajudou a criar. Contemporiza com situações ilegais, é incapaz de organizar uma fiscalização eficiente das operações de Bolsa. Este governo avalia e premeia operações que noutros países nunca seriam toleradas. O Governo, tal como disse Vítor Constâncio, transformou a Bolsa numa lotaria.

O Partido Socialista entende que é necessário defender a Bolsa do desastre para que este governo a encaminhou. O país precisa de uma Bolsa séria e honesta.

O Governo não tem uma política económica e social coerente e aberta ao futuro. É um governo que se arrasta à custa de «balões de oxigénio» que vêm da CEE.

Se não fosse o FEOGA, o investimento agrícola ficaria sem apoio. A agricultura sabe que não pode contar com o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, no âmbito nacional. Titular há longos anos do cargo, que fez o Sr. Ministro da Agricultura para dar eficácia ao seu Ministério? Para, por exemplo, fazer chegar aos agricultores uma extensão agrária à altura das nossas necessidades? Para informar a agricultura a tempo e horas dos caminhos que lhe são abertos? A agricultura também sabe que não poderá contar com o Ministério das Finanças, como se prova pelo aumento dos impostos sobre o investimento agrícola, sobre as caixas de crédito agrícola e as cooperativas. Antes das eleições tudo eram facilidades, agora é que aparecem as dificuldades. Singular moralidade democrática a dcste governo!

Também não há ainda política industrial digna desse nome. Espera-se pelo PEDIP, como se tem esperado por Godot. Virá, não virá? O folhetim segue na próxima visita a Bruxelas do Sr. Ministro, onde se registam sempre grandes êxitos. A sala dos VIPs é disso testemunha.

Risos do PS e do CDS.

Mas a verdade é que nenhum industrial recebeu até agora os incentivos do FEDER que poderiam ter sido obtidos se não fosse o desentendimento entre ministros e a incapacidade do Governo para apresentar às Comunidades regulamentos adequados.

No plano do desenvolvimento regional, o Governo não só não consegue aproveitar as facilidades que as Comunidades concedem como ainda por cima cerca os recursos das autarquias, ficando indiferente à magreza esquelética do FEF e retirando-lhes reccitas, que já são suas por lei, sem as compensar como manda a lei.

E no plano social deixa que se continue o escândalo do Fundo Social Europeu, de tal modo que se gastará duas vezes mais em investimento de pretensa formação social que em investimentos de educação. O tão falado aumento do investimento na educação é de 4 milhões de contos. O muito menos badalado aumento dos cursos e «cursilhos» da chamada formação profissional é de 23 milhões de contos. Com este bodo alguns irão longe, não a caminho da Europa, a não ser em turismo.

Risos do PS.

No campo do emprego, diz-se que as estatísticas dão uma diminuição do desemprego, mas não se diz que as estatísticas mostram também um incremento galopante de falsos postos de trabalho na agricultura; não se diz que cresce extraordinariamente o trabalho precário, que aumenta a chaga do trabalho infantil; não se diz, sobretudo, que com a nova legislação laboral o Governo arruinará a concertação social, criará condições tais que haverá no nosso país um conflito e agudização das tensões sociais como nunca houve nos últimos dez anos, tornar-se-ão precários os postos de trabalho que hoje são seguros e que amanhã serão, talvez, números do desemprego.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A este modelo neoliberal selvagem, conduzido por gente «civilizada», o PS opõe uma estratégia nacional capaz de mobilizar, de modernizar e desenvolver o País: pela mobilização da criatividade, da capacidade de

realização e da coesão social dos Portugueses; pela modernização e desenvolvimento impulsionados pela valorização do factor humano e pelos recursos da inteligência, ligando a educação e formação à vida num contexto de mudança; pela gestão rigorosa de um enquadramento macroeconómico ao serviço da solidez, da profundidade e da flexibilidade do processo de modernização e de desenvolvimento; pela defesa do ambiente e da qualidade de vida; pela articulação das políticas de inovação social e económica, com a modernização da empresa pública, privada e da economia social; pelo lançamento de uma política de ciência e tecnologia digna do próximo século; pela integração do desenvolvimento regional e do desenvolvimento nacional na mesma dinâmica de modernização solidária; por uma política nacional de gestão das relações comunitárias de acordo com as necessidades do País; pela melhor distribuição do rendimento e pelo combate às desigualdades sócio-económicas no acesso às capacidades que farão o nosso futuro, e pela gestão da conflituidade da mudança em diálogo aberto.

O Partido Socialista propõe uma estratégia de mobilização da criatividade, da capacidade e da coesão dos Portugueses em sintonia profunda com a inteligência do futuro.

Este governo é um governo voltado para o passado, nimbado da falsa auréola do falso modernismo. É um governo providencial de homens providenciais, que assim se julgam. Portugal não precisa de homens providenciais. Precisa de homens e mulheres solidários, criativos e realizadores, apoiados por políticas capazes de mobilizar a sua inteligência e o seu entusiasmo.

Por isso, o Partido Socialista votará contra as GOPs sem plano e o Orçamento sem verdade. Para este governo avizinha-se não o princípio do fim, mas sim o fim do princípio. Em democracia poder-se-á «engodar» o eleitorado algumas vezes, mas não se pode enganá-lo para sempre.

Aplausos do PS, do CDS, da ID, de Os Verdes, da deputada do PRD Natália Correia e da deputada independente Helena Roseta.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1988, agora a chegar ao final, facultou ao País e aos Portugueses um panorama geral da postura do Governo e da oposição face às grandes questões nacionais.

Do lado do Executivo, uma visão de Estado, um diagnóstico realista das situações, com capacidade, rigor e determinação para enfrentar eventuais ameaças e vencê-las.

Do lado da oposição, apenas perspectivas didácticas e conjunturais dos problemas, exercício teórico sem soluções concretas que assegurem minimamente o caminho para a modernização da sociedade e da economia.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado são documentos fundamentais para a análise dos grandes objectivos do Governo.

Constituem, portanto, uma oportunidade única para a formação de qualquer juízo que se queira formar sobre a política económica, financeira e social do Executivo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas nem as Grandes Opções nem o Orçamento podem ser vistos isolados. Tem de se ter presente o Programa do XI Governo Constitucional, viabilizado em Agosto nesta Câmara, e os dois anos de governação já passados.

Há perto de 21 meses, nesta mesma tribuna e a propósito do Orçamento do Estado para 1986, então em debate, o Sr. Primeiro-Ministro, virado para o futuro, afirmava:

A execução do Orçamento permitirá alcançar um crescimento expressivo da economia portuguesa, uma forte expansão do investimento, uma subida significativa do poder de compra das famílias e uma maior equidade na distribuição do rendimento. Criará condições para que, no médio prazo, possa ser significativamente reduzido o desemprego.

Nessa altura, como hoje, a oposição dizia aceitar o imperativo do desenvolvimento, da modernização e do progresso. Divergia do Governo quanto às medidas e instrumentos a utilizar para atingir tal desiderato.

Dois anos passados, a oposição, presa nas suas tradições, ainda não entendeu.

Continua a não querer ver aquilo que tem sido sucessivamente anunciado, e que eu próprio, neste mesmo local, já denunciei com estas palavras:

Só os saudosistas do passado, qualquer que seja o seu sinal ideológico, é que não se apercebem ainda da extraordinária mudança que, mesmo à frente dos nossos olhos, está a processar-se em Portugal.

Aplausos do PSD.

Mudança estrutural, democrática. Mudança formal, no estilo de governar. Mudança substancial nas medidas governamentais e nos resultados alcançados.

O tempo tem-nos dado razão.

A dialéctica da democracia e a vivência parlamentar sempre mostraram, nas diversas épocas e nos vários locais, que um governo existe para executar o seu próprio programa e a sua própria política. Não para executar o programa e a política da oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O risco é sempre do Governo quando afirma e executa. Mas é também da oposição quando esta nega e obstrui.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Dois anos passaram.

Que podemos ver agora?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nada!

O Orador: — A estabilidade e a confiança instaladas, ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Instalada está muita gente!

O Orador: — ... mais emprego, mais salários reais e maiores prestações sociais, menos inflação, mais investimento.

Como corolário de todos estes indicadores, vemos ainda a Comissão das Comunidades Europeias a prever para 1988 que Portugal deixará a cauda da Europa e passará à frente da Grécia na capitação por habitante.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A oposição falhou em todas as previsões.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Falha sempre!

O Orador: — Tem falhado quando, desde 1985, afirma que a política económica e financeira do Governo não é a própria nem a correcta, que lhe falta validade ou eficácia para atingir os objectivos pretendidos.

Mais uma vez a oposição falhou agora, neste debate sobre as Opções e o Orçamento.

Continua enredada em abstracções e criticismos, exibindo a sua habitual incapacidade de formular uma política económica e financeira alternativa que seja clara, realista, coerente e exequível.

A oposição tem o direito de ser ouvida. Mas é óbvio que continua a não merecer credibilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Alguma oposição, que até agora tinha mostrado, pelo menos, o seu apego à democracia, chega já ao ponto de não aceitar as regras do jogo democrático.

São aqueles que, numa manobra de *marketing* político e de encenação, anunciam ir continuar lá fora, em conferências de imprensa, o debate institucional que deveria terminar aqui.

Aplausos do PSD.

Aqueles que vêm ter terminado o estado de graça do Governo, mas não reparam no profundo estado de desgraça em que caíram.

Aplausos do PSD.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Mais palmas ...

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Mais respeito! Só gostam de ser ouvidos, não gostam de ouvir!

O Orador: — Ao contrário, o Governo sabe o que quer e por onde vai.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Já alguém disse isso!

O Orador: — As suas opções, como a própria palavra indica, são as suas escolhas, as suas decisões fundamentais de política económica, para utilização dos recursos disponíveis.

Com esforço de transparência, o Governo vem apresentar um Orçamento que tem como uma das suas características mais marcantes um rigoroso controle das despesas.

E isto para reduzir o peso do Estado na economia.

Ao contrário da oposição, o Governo sabe para onde vai.

Vai, por exemplo, defender a libertação da sociedade civil contra a estatização e contra a colectivização.

Voz do PSD: Muito bem!

O Orador: — Como diria Jean François Revel, o Governo procura que a democracia concilie a eficiência do Estado com a sua legitimidade, a sua autoridade com a liberdade dos indivíduos.

O Governo tem realismo e sabe até onde pode ir, face à ameaça de degradação da conjuntura económica mundial.

Apresentou à Assembleia da República um Orçamento prudente e seguro, capaz, no entanto, de corporizar as espc-

ranças contidas no seu Programa: organizar o Estado; modernizar o País; promover o bem-estar; preparar o futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1988 são coerentes com as afirmações produzidas pelo Governo no sentido de permitir o crescimento sustentado da economia portuguesa, evitando avanços e recuos.

É um Orçamento que consolida os progressos já obtidos e que irá permitir novos avanços em 1988, num ritmo adequado.

Os deputados sociais-democratas vêem nestas Opções e neste Orçamento mais um passo no caminho do desenvolvimento e da justiça social.

Será esse, mais uma vez, o sentido do seu voto favorável.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para encerramento do debate, concedo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pelo terceiro ano consecutivo o Governo apresentou à Assembleia da República as propostas de lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano dentro dos prazos legalmente fixados. Até há poucos anos atrás este rigoroso cumprimento da lei e das boas regras de gestão dos dinheiros públicos seria motivo para notícia de primeira página, de tal maneira se estaria perante um facto fora do habitual.

Agora, porém, passa justamente despercebida a circunstância de a proposta do Orçamento para 1988 ser elaborada e entregue a tempo — a notícia, a existir, seria desta vez se a proposta entrasse atrasada. Tal não aconteceu, e isso é já encarado como normal. A opinião pública outra coisa não esperava de nós, porque nos conhece, porque nos últimos dois anos o Governo habituou os Portugueses ao escrupuloso respeito pela legalidade democrática e à gestão séria e responsável dos assuntos do Estado, muito particularmente quando estão em causa os dinheiros públicos, que são dinheiro de todos os Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Vale a pena evocar esta mudança de situações e esta inversão de expectativas, porque elas são reveladoras da nova fase da vida nacional em que se entrou em fins de 1985, com reflexos em quase todos os domínios da sociedade portuguesa. Há um espírito diferente, mais tranquilidade, mais confiança nas nossas capacidades, mais sentido de autonomia; há um clima de saudável normalidade no funcionamento das instituições democráticas, de responsabilidade e rigor na governação; há uma forte esperança de um futuro melhor para Portugal.

Trata-se de facto de uma mudança profunda, que se manifesta não apenas ao nível dos órgãos do Estado, mas que está a enraizar-se cada vez mais na sociedade civil e nas suas organizações, proporcionando um novo optimismo quanto às perspectivas de cada família, de cada empresa, de cada região, e também consolidando valores éticos de seriedade e de solidariedade social nos comportamentos pessoais e colectivos.

Esta indescritível mudança ainda confunde alguns que, revelando dificuldade em compreender o sentido de voto dos Portugueses, não há muito tempo se compraziam em acusar o nosso estilo de governar de ser tecnoracismo sem alma ou de economicismo fechado aos valores e princípios da política.

Agora, ensaiam porventura um qualquer outro tipo de crítica, que provavelmente não errará menos o alvo. Que ao menos lhes sirva de lição a realidade dos factos e as reacções da sociedade portuguesa, numa resposta altamente positiva à forma como o Governo exerce a liderança política e ética na Nação.

Aplausos do PSD.

Mas a pontualidade com que, uma vez mais, apresentamos as propostas orçamentais e das Grandes Opções traduz também o respeito que nos merece a Assembleia da República. Encaramos o presente debate de maneira muito positiva, não apenas por fidelidade à sã convivência institucional entre órgãos de soberania mas também pelo interesse com que aguardávamos o contributo dos Srs. Deputados. Tivemos algumas desilusões.

Mas, mesmo quando as opiniões expressas contrariam claramente os pontos de vista do Governo e da maioria que o apoia e não podem ser acolhidas, a discussão política e técnica nas comissões e no Plenário pode ser bastante enriquecedora, contribuindo para definir e esclarecer melhor as posições.

A circunstância de, pela primeira vez, o País dispor de um governo democrático apoiado numa sólida maioria homogénea de maneira nenhuma desvaloriza o diálogo na Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao apresentar aqui o Programa do Governo, há quatro meses, sublinhei que o Executivo «trabalhará com o Parlamento no melhor espírito construtivo e dele espera igual disponibilidade para o desenvolvimento de relações de colaboração harmoniosas e produtivas, conforme o exige o interesse nacional».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A nossa disposição continua idêntica, como temos demonstrado ao longo dos trabalhos parlamentares já realizados nesta legislatura. Mas a discussão de matéria orçamental — precisamente aquela a propósito da qual nasceram historicamente as instituições parlamentares — mostra-se de um modo especial adequada ao debate frutuoso e construtivo. Ponto é que à consideração objectiva dos problemas nacionais e à desejável expressão de diversos pontos de vista, que a própria democracia pluralista pressupõe, não se sobreponham actuações determinadas por lutas internas nos partidos...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ou meras tentativas de obstrução ou de disfarçar, com tiradas ideológicas ultrapassadas ou linguagem violenta, a carência de fundamentação técnica e política das afirmações feitas.

Aplausos do PSD.

Não será assim, Srs. Deputados, que as forças políticas a que pertencem podem ganhar credibilidade, porque o povo português é mais intelectual e está mais atento do que julgam aqueles que se arrogam (com o seu quê de ridículo já) em seus defensores e porta-vozes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Apraz-me sublinhar o bom clima em que decorreram as reuniões das comissões com os membros do Governo. Para tal contribuiu, sem dúvida, a disponibilidade e abertura reveladas pelos Srs. Ministros e Secretários de Estado para informar e esclarecer. Não houve pergunta válida que ficasse sem resposta e, no final, podemos constatar a ausência de críticas de fundo com um mínimo de fundamento ou consistência.

Por isso, algumas intervenções produzidas aqui no Plenário só podem ser interpretadas como instrumentos de luta interna partidária — negócio que os seus autores bem podem tratar em família — ou como tentativa de disfarçar com retórica a real ausência de fundamentação das críticas feitas.

Fica assim melhor entendido porque é que, antes mesmo desse debate, alguns partidos anunciaram que iriam votar contra a proposta do Orçamento para 1988. É obviamente um direito democrático que lhes assiste, mas surpreende que ele seja exercido tão levianamente, desvirtuando as exigências próprias de um debate parlamentar sério, objectivo e fundamentado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Votar contra por decisão tomada à partida, na mira de vencer a competição quanto a quem lidera a oposição ao Governo, são atitudes que não servem a democracia nem o País. Movendo-se em função de jogos políticos desacreditados, reflectindo por vezes crises e problemas internos que os dilaceram, os partidos que votam contra apenas por estarem na oposição perdem ainda mais credibilidade junto da opinião pública e não desempenham, afinal, a função de extrema importância que, em democracia, cabe à oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Lamento o desprestígio que estas fugas para a frente acarretam para as instituições democráticas. Quero acreditar, todavia, que tais fraquezas serão somente manifestação temporária de quem ainda se não adaptou à nova fase da vida nacional inaugurada há dois anos e ao estilo sério, pragmático e responsável que trouxemos à política, com tão claro apoio dos Portugueses.

É que, neste debate como fora dele, e por mais que artificialmente alguns tentem insinuar o contrário, não estamos sozinhos, porque contamos, acima de tudo, com o apoio, a expectativa fundada e a confiança inabalável da grande maioria dos Portugueses.

Aplausos do PSD.

O sentido de responsabilidade que preside à actuação do Governo, e de que a pontual entrega à Assembleia das propostas do Orçamento e das Grandes Opções constitui uma manifestação, entre muitas, exprime-se de forma particularmente nítida no rigor com que encaramos todas as tarefas relacionadas com o Orçamento, quer na fase de preparação quer na fase de execução.

Recordo que, ainda não há muito tempo, vozes da oposição referiam pretensas derrapagens na execução orçamental do corrente ano ...

Vozes do PCP: — Exacto!

O Orador: — ..., alertavam para supostos «buracos» e concluíam alegando a inevitabilidade de um orçamento suplementar, tudo num tom extremamente crítico e grave. Não nos surpreenderam afirmações deste tipo. Já se tornou rotineiro que certos profissionais do scepticismo, quase sempre os mesmos, anunciem solenemente ao País coisas que, para seu descrédito e para felicidade dos Portugueses, acabam por não se verificar.

Risos de alguns deputados do PSD. —

Aconteceu assim com aqueles que, com a presunção e o convencimento próprios de quem toma os seus desejos por realidades sem se dar conta disso, previram que a inflação não cairia como caiu, ou que o investimento não subiria como subiu, ou que o desemprego não baixaria como baixou, ou ainda que o País não reagiria positivamente à adesão à CEE como reagiu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pelos vistos, as previsões de derrapagens e «buracos» orçamentais e de um orçamento suplementar em 1987 não tiveram melhor sorte. A ânsia de descobrir desgraças leva mesmo alguns dos seus profetas ao ponto de revelarem ignorância pública quanto à própria natureza do Orçamento, não sabendo que a apresentação de um orçamento suplementar até pode ser um acto normal e correcto de gestão orçamental e de política económica.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Absolutamente!...

O Orador: — Afinal, poderá perguntar-se que grau de credibilidade merece quem tanto fala e tão pouco acerta.

Aplausos do PSD.

A julgar pelo modo como o povo português votou em 19 de Julho passado, dir-se-ia que essa credibilidade é cada vez mais reduzida. Mas o mais elementar bom senso recomendaria a tais falhados profetas da desgraça um pouco mais de cuidado e ponderação ao fazerem as suas previsões, sempre desfavoráveis ao Governo e sempre desmentidas pela realidade. Caso contrário, não terão perdido apenas a credibilidade como até o sentido do ridículo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta do Orçamento para 1988 que o Governo apresentou à Assembleia da República enquadra-se nas orientações constantes do seu Programa e constitui um passo importante na concretização das políticas e objectivos que delas emanam. Praticamente toda a acção governativa implica, directa ou indirectamente, uma expressão financeira. Por isso, quase tudo aparece reflectido nos números do Orçamento, que mais não são do que a tradução financeira das opções políticas.

É, no entanto, na área económica que mais nitidamente se faz sentir a incidência das decisões orçamentais. Não se estranhará, assim, que, em breves palavras, faça o ponto da situação económica da Nação.

Vamos entrar no terceiro ano consecutivo de expansão económica, o que não pode deixar de constituir motivo de forte regozijo, porque tal não acontecia em Portugal pelo menos desde há quinze anos. O nosso País está a crescer a

um ritmo francamente superior ao da generalidade dos Estados membros das Comunidades Europeias e da OCDE. Em 1987, apesar dos condicionalismos impostos pela vida política nacional, a produção interna deverá aumentar entre nós cerca de 5 %, contra uma média de 2,2 % na CEE e de 2,5 % na OCDE. Conseguiremos em 1987 o crescimento económico mais rápido da Europa, isto após uma expansão de cerca de 4,5 % no ano passado, também muito acima da média europeia.

Compreendemos o embaraço que isto causa aos nossos adversários políticos e a alguns articulistas e analistas da nossa praça, mas só podemos ajudá-los — e queremo-lo sinceramente — aconselhando-os a ponderarem melhor as suas afirmações de modo a não caírem em total descrédito. Alguns chegam mesmo ao ridículo de falar de estagnação económica, quando os dados revelam que Portugal ultrapassa em crescimento todos os outros países da Europa comunitária. Será frustração, tentativa de enganar o povo ou saudades dos períodos ainda não muito distantes de crise económica e de austeridade?

Não é com certeza — porque seria desonestade excessiva — exigência de que se recupere num ano os atrasos acumulados durante várias décadas.

É com tristeza que vemos alguns, totalmente descrentes, no seu íntimo, das suas próprias capacidades, depositarem inteiramente a sua sorte no aparecimento de uma qualquer crise económica internacional que venha criar dificuldades ao País.

Aplausos do PSD.

Como já disse noutras ocasiões, é sempre perigoso subestimar a inteligência dos outros e, pior ainda, considerar que o povo português é estúpido. Quem espera assim arrisca-se a morrer descalço...

Risos do PSD.

Vive-se presentemente em Portugal um notável clima de confiança — tanto mais notável por se seguir a anos de apatia e desânimo —, que se manifesta antes de mais num excepcional surto de investimento, cuja taxa de crescimento se deve situar no corrente ano à volta de 16 %, taxa impensável até há bem pouco tempo. E a componente mais dinâmica do investimento respeita às empresas privadas, numa aposta de aumento de capacidade e de modernização, o que diz muito sobre o grau de optimismo e de confiança com que os agentes económicos encaram o futuro e sobre o grau de adesão ao projecto de desenvolvimento que lhes propusemos.

A confiança manifesta-se na indústria, no sector comercial e de serviços e na agricultura — uma agricultura que começa finalmente a dar o grande salto da modernização, com as orientações governamentais e o aproveitamento dos fundos comunitários e com o dinamismo dos novos e jovens empresários agrícolas. Em todos os sectores o surto de investimento em curso é bem o sinal de que o País está a responder de maneira muito positiva ao desafio da integração na CEE.

A extraordinária expansão da produção e do investimento teve, naturalmente, efeitos muito positivos na criação de emprego. Ouviem-se por vezes críticas ao Governo acusando-o de não conceder ao combate ao desemprego a devida importância. Só podemos compreender que se façam tais críticas por desorientação ou dificuldade em encontrar alvos para atacar o Governo. A escolha do desemprego é de facto desastrosa do ponto de vista de quem pretenda denegrir a acção do Executivo e revela pouca imaginação. Com efeito,

a taxa de desemprego (em sentido restrito) em Portugal baixou para 6,6 % no 3.º trimestre deste ano, contra 7,9 % em 1986. Aos de curta memória, que dizem que ainda existem cerca de 300 000 portugueses desempregados, deve recordar-se que em 1985 eram mais de 400 000.

Uma voz do PSD: — Já se não lembram!

O Orador: — Quem, com o mínimo de competência na matéria e da honestidade, se atreve a dizer que, nos tempos que correm e no espaço em que nos inserimos, 6,6 % é uma taxa de desemprego elevada? Quantos países da Europa comunitária têm taxas de desemprego inferiores à nossa? Talvez apenas um, o Luxemburgo. A nossa taxa de desemprego de 6,6 % é cerca de metade da média da CEE, comparada com 20,7 % na Espanha, 18,5 % na Irlanda, 14,2 % na Itália, 12,4 % na Bélgica, 11,4 % na França e 11 % no Reino Unido.

Aplausos do PSD.

Temos agora que criar condições de funcionamento da nossa economia que permitam consolidar este resultado tão positivo no combate ao desemprego.

Os progressos conseguidos neste domínio foram possíveis porque, ao contrário do que gostaria a demagogia dos nossos críticos, toda a política do Governo foi e é orientada para a criação de postos de trabalho com justificação económica, ou seja, empregos sólidos, não meramente artificiais e dependentes de protecionismos e subvenções estatais, com toda a precariedade e desperdício de recursos que isso envolve. O Governo sabe bem quanto o desemprego é um flagelo económico e social e uma fonte de terrível sofrimento para as pessoas e as famílias que dele são vítimas, e, por isso mesmo, recusa as pseudo-soluções de facilidade que, fatalmente, acabam a prazo não muito longo por trazer ainda mais desemprego.

Não nos deixaremos impressionar pelos discursos irrealistas, distorcidos e com pouca substância que por aí se fazem de vez em quando sobre as relações laborais e que se fossem atendidos conduziriam a mais desemprego e à degradação das condições de vida dos trabalhadores. É bom que alguns que enchem frequentemente a boca com a palavra «trabalhadores» não se esqueçam que foram os grandes responsáveis pelas condições difíceis que eles atravessaram nos últimos dez anos.

Aplausos do PSD.

É bom que esses refreiem a demagogia e a insensatez dos seus discursos se não querem que lhes recorde os números do mal que produziram no passado. Hoje, os trabalhadores já não se deixam enganar facilmente e sabem distinguir entre aqueles que querem honestamente resolver os problemas do País e dar-lhes melhores condições de vida e aqueles que são apenas especialistas na verborria ou na agitação.

Aplausos do PSD.

Nunca separámos a luta contra o desemprego da luta contra a subida dos preços. Por exemplo, se não fosse o êxito na contenção da alta dos preços não teria sido possível, como foi, reduzir as margens de incerteza, criar um forte clima de confiança, baixar as taxas de juro e assim promover o investimento e o emprego.

Ora, também na redução da alta de preços se conseguiram avanços notáveis.

Há três anos o ritmo anual da subida dos preços no consumidor andava perto dos 30%; agora, situa-se em 9% e com tendência para continuar a baixar.

Talvez seja mera manifestação de conservadorismo atávico o desejo expresso por alguns de que não nos preocupássemos tanto com o combate à inflação.

Nós, porém, não temos saudades do tempo — ainda tão próximo! — da inflação a 20% ou 30%. Certos políticos portugueses, das mais diferentes matizes ideológicas, mas que não disfarçam um mesmo e ultrapassado conservadorismo, já deviam ter entendido que não é por aí que se constrói em bases sólidas o desenvolvimento e a modernização do País e se criam postos de trabalho duradouros. Surpreende, aliás, que algumas oposições nem sequer aprendam com as experiências do poder socialista na Europa e se mantenham agarradas a ideias totalmente obsoletas. Seja por decisão lúcida tomada à partida seja, noutras casas, apesar negativas experiências de expansionismo inflacionário, nenhum governo hoje no poder na Europa deixa de atribuir uma altíssima prioridade à luta pela estabilidade dos preços.

Os Portugueses, na sua esmagadora maioria, compreenderam perfeitamente ser a política do Governo a que maiores e mais sólidas vantagens poderia trazer, ao preferirem um crescimento sustentado da economia sem ilusões inflacionárias nem ganhos efémeros e contraproducentes a prazo. Foi assim possível aumentar o poder de compra da população e subir os salários reais, que no corrente ano devem ser, em média, superiores em 3% aos de 1986, ano em que já tinham registado uma apreciável subida. Paralelamente, as pensões e as prestações sociais aumentaram, em 1987, cerca de 6% em termos reais, mais uma vez pondo em evidência, por actos e não apenas com meras palavras, que a solidariedade social é um imperativo para o Governo e que os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis e com menor poder reivindicativo na nossa sociedade constituem uma preocupação prioritária nas nossas decisões. Também não devemos esquecer a redução para um terço do número de trabalhadores que se encontravam em situação de salários em atraso em fins de 1985.

Os trabalhadores portugueses sabem que o Governo está, assim, a defender os seus verdadeiros interesses, e por isso já não vão facilmente atrás daqueles que se arrogam em seus representantes mas apenas pretendem servir-se deles para as suas estratégias políticas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, os trabalhadores estão conscientes de que só ganham com um crescimento moderado mas continuado do seu poder de compra, sem excessos comprometedores de uma expansão sustentada da economia, consistente com o aumento da produtividade e compatível com a competitividade externa da nossa indústria. O mesmo foi lucidamente entendido pelos parceiros sociais que participaram nos históricos acordos de Julho de 1986 e de Fevereiro deste ano sobre política de rendimentos no Conselho Permanente de Concertação Social, acordos que foram decisivos para a quebra da inflação, para a melhoria do poder de compra dos salários e para a expansão em bases seguras das actividades empresariais. Tão evidente foi o sucesso conseguido no campo económico e social que a central sindical que até aqui havia recusado participar nos esforços de concertação social, na linha de uma confrontação de classes que lhe era imposta por uma ideologia ultrapassada, acabou recentemente por arrepender caminho e solicitar a sua entrada efectiva no Conselho Permanente de

Concertação Social. Factos como estes falam por si e dispensam mais comentários. Acrescento apenas um outro dado factual: o número de dias de trabalho perdidos em consequência de conflitos laborais foi de 77 165 nos primeiros seis meses deste ano contra 117 945 em igual período de 1986.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Após uma severa recessão económica, que aumentou o desemprego e fez cair o poder de compra da população e os salários reais, assistimos nos últimos dois anos a um forte crescimento do consumo privado, o qual, se bem que compreensível e socialmente justificável, o Governo entende ser necessário moderar um pouco, de maneira a não pôr em causa a continuada e sólida expansão da economia portuguesa e do próprio poder de compra da população. Deve sublinhar-se, no entanto, que a subida do consumo não impediou a quebra já referida da inflação, o que reflecte a notável conciliação de objectivos que tem vindo a ser conseguida: uma queda substancial da inflação e, ao mesmo tempo, um forte crescimento económico e do emprego, sem que tenham surgido dificuldades nas contas externas. Tal evidencia bem a correcção da estratégia de progresso controlado cuidadosamente preparada pelo Governo.

Quando é que tinha sido conseguido resultado semelhante?

Em desespero de causa, perante a falta de argumentos credíveis para criticarem a política económica governamental, alguns voltam-se para o défice da balança comercial, na esperança de aí, finalmente, encontrarem um ponto fraco. Esperança vã, no entanto. Em, primeiro lugar, porque o défice comercial tem como componente extremamente forte o crescimento das importações ligadas à já citada expansão do investimento, política inteiramente correcta face ao nosso objectivo de modernizar a economia portuguesa para competir no mercado aberto e concorrencial da Europa comunitária que nos espera com o sim dos períodos transitórios que foram negociados.

Depois, porque aquilo que hoje importa particularmente na balança comercial, ou seja, o dinamismo exportador português e a afirmação da nossa capacidade competitiva na Europa comunitária e no mundo, se revela altamente satisfatório, com as exportações de mercadorias a crescer a taxas bastante elevadas. Em terceiro lugar, porque é errado polarizar a análise das nossas contas externas na balança comercial, ignorando por exemplo o turismo, e até as remessas dos portugueses que trabalham no estrangeiro. Ora, a balança de transacções correntes vai fechar este ano com um novo excedente, que pode mesmo ultrapassar os 500 milhões de dólares. Por outro lado, o Governo tem vindo a pagar antecipadamente a dívida externa contraída em anos anteriores. O montante da dívida externa portuguesa baixou de 80% do produto em 1985 para 45% em 1987. Aliás, a dívida externa portuguesa em termos líquidos, isto é, deduzido o montante das reservas em ouro e divisas, é agora praticamente nula.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em face de dados tão concludentes sobre a saúde actual da economia nacional e a sua comparação com períodos da nossa história recente, resta apenas aos nossos detractores invocar a sorte e a evolução favorável de alguns elementos da conjuntura internacional. Trata-se, porém, de um *slogan* já tão gasto, por tão repetidamente invocado

desde há dois anos, que não vale a pena perder tempo com tão débil argumento. Os Portugueses entenderam há muito que a melhoria da sua situação não teria sido possível sem a política económica e financeira rigorosa, coerente e corajosaposta em prática pelo Governo. Negar esta evidência é fechar os olhos à realidade.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente Srs. Deputados: A recuperação económica nacional, que tanto tem contribuído para instalar um novo clima de sereno optimismo entre os Portugueses, não teria sido viável, como é evidente, sem uma acção continuada da parte do Governo visando preparar os caminhos do futuro e capaz de inspirar confiança aos agentes económicos.

A proposta orçamental que a Assembleia da República está a apreciar insere-se nessa orientação estratégica, que inclui as grandes reformas e as profundas mudanças que o País necessita de empreender para se modernizar e realizar com êxito a integração plena nas Comunidades Europeias.

Tais reformas já estão em marcha, aguardando algumas delas, neste momento, que esta Câmara se pronuncie sobre as respectivas propostas legislativas apresentadas pelo Executivo.

Na economia, na comunicação social, na cultura, nas actividades de solidariedade social, na saúde, no ensino e outros campos acredita o Governo nas virtualidades da livre iniciativa da sociedade civil, tão autónoma quanto possível. O peso excessivo do Estado deve ser reduzido, porque é factor de ineficiência, de desperdício de recursos, de desumanização dos serviços e de atraso tecnológico. E a opinião pública nacional apoia claramente esta orientação, aliás a única compatível com a opção do País por um modelo aberto e europeu de organização da economia, da sociedade e do Estado. A forma extremamente favorável como a generalidade dos Portugueses tem encarado a iniciativa do Governo de desencadear desde já o processo de abertura parcial à iniciativa privada do capital de algumas empresas públicas testemunha eloquentemente aquele apoio. Faço votos, entretanto, para que a Assembleia da República cumpra a tarefa nacional que lhe cabe de eliminar da Constituição os obstáculos ao desenvolvimento e modernização da sociedade portuguesa que a nossa lei fundamental ainda contém.

Aplausos do PSD.

O Orçamento para 1988 foi elaborado numa perspectiva estratégica e não meramente conjuntural. É uma peça de um todo e não um documento desgarrado, traduz uma política de crescimento sustentado da economia portuguesa. A nossa economia conheceu uma espectacular recuperação nos últimos dois anos, mas essa recuperação, por si só, não nos satisfaz.

Visamos mais longe, queremos assegurar duradouramente ao País um crescimento sólido e sustentado, eliminando do horizonte curas periódicas de austeridade como as que conhecemos no passado, impostas pela incapacidade para, a tempo, corrigir desvios que sempre acontecem em economias livres. Também neste domínio vivemos uma nova fase da vida nacional.

Conduzimos a política económica no sentido de tirar todo o partido do clima de confiança e optimismo que agora se respira no País e das perspectivas comunitárias, mobilizando as energias nacionais para as tarefas de fundo, gerindo a conjuntura, naturalmente, mas num enquadramento de longo prazo, com os olhos bem postos no futuro.

Os grandes objectivos da nossa política de desenvolvimento são, numa perspectiva de médio prazo e como é especificado nas Grandes Opções do Plano, aproximar a economia portuguesa dos níveis europeus, valorizar o potencial humano e cultural, organizar o espaço e modernizar as infra-estruturas, de modo a realizar um desenvolvimento sectorial e regionalmente harmonioso, favorecer a inovação institucional e reforçar a solidariedade social.

O Orçamento de 1988 contribuirá para moderar um pouco a expansão da procura interna, que a própria vitalidade da economia nacional implicou, mas seria ridículo considerá-lo um Orçamento restritivo ou contraccionista. Quem tal juízo faz apenas mostra que ainda vive com os quadros mentais decorrentes da sucessão de períodos de expansão e de austeridade do passado. Não queremos voltar a esse passado, que tantos sacrifícios e decepções trouxe aos Portugueses, e por isso não navegamos à vista, ao sabor das marés; pelo contrário, controlamos responsavelmente e em plena consciência as flutuações da conjuntura em relação à evolução que a longo prazo queremos para o nosso país.

Como é possível classificar de contraccionista um Orçamento que levará Portugal de novo, uma vez mais, a uma das mais altas taxas de crescimento do produto no quadro dos países da OCDE? O Orçamento de 1988 é compatível com um novo aumento do poder de compra dos salários, com um crescimento razoável do consumo e com um novo acréscimo significativo do investimento. É um Orçamento preparado para evitar tensões inflacionistas que ponham em causa a nossa meta de crescimento dos preços para 1988 e manter também as contas externas sob controle.

O Orçamento para 1988 é, pois, um documento que, concretizando as linhas de orientação enunciadas no Programa do Governo, traça um rumo seguro para a economia nacional prosseguir, sem solavancos nem retrocessos, a sua marcha de progresso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Orçamento de 1988 reflecte a preocupação do Governo pelo controle do défice das contas públicas, o qual, até há dois anos, era bem a imagem da indisciplina financeira, da incapacidade política para sanear as finanças, da falta de dignidade do Estado. Multiplicavam-se os atrasos no pagamento dos compromissos assumidos, acumulavam-se os défices ocultos, predominava o financiamento monetário do défice orçamental.

Risos do PS.

O peso do défice do sector público fazia-se sentir fortemente no agravamento das pressões inflacionárias e nas restrições do crédito ao investimento produtivo, que sofria as limitações impostas pelas necessidades de desviar recursos para o Estado. O desenvolvimento económico nacional da última década teria sido bem mais positivo se o défice do sector público não tivesse actuado como um autêntico travão. Por isso o Governo não pactua com irresponsabilidades ou facilidades que conduzam ao agravamento do desequilíbrio das contas públicas.

Aplausos do PSD.

Mas é sintoma preocupante de que o espírito de irresponsabilidade e facilidade ainda não foi completamente ultrapassado pelas oposições e o apelo várias vezes aqui feito no sentido de o Estado despeser mais dinheiro nesta e naquela aplicação, sem curar de saber quanto isso representaria em termos de agravamento do défice orçamental.

Aos Portugueses não escapa também a incoerência dos que simultaneamente reclamam maiores despesas, redução nos impostos e um menor desequilíbrio orçamental.

A gestão dos dinheiros públicos, que são de todos, não se compadece com tais atitudes. A redução do défice orçamental português é uma tarefa imensa e extremamente difícil, mas que o Governo está a concretizar com determinação.

O Orçamento de 1988 apresenta um défice que pouco excede os 8 % do produto e registaria mesmo um ligeiro *superavit*, se excluíssemos os juros da dívida pública. Merece destaque a consolidação do nível das necessidades de financiamento do sector público administrativo e empresarial em cerca de 10,5 % do produto, quando ainda não há muito tempo se atingiam valores de 20 % ou mais.

Deve acrescentar-se que a contenção do défice dentro dos limites considerados indispensáveis para assegurar o crescimento sustentado e continuado da economia é conseguido não obstante o acréscimo de encargos decorrente do saneamento financeiro em curso, tarefa de alta relevância económica, política e ética a que o Governo meteu ombros.

Continuaremos em 1988 o esforço de clarificação das relações financeiras entre entidades do sector público, de regularização de dívidas do passado e de contabilização orçamental de despesas realizadas em anos anteriores, de modo a restituir transparência e verdade às finanças públicas. Nesta matéria, Srs. Deputados, temos lições a dar e não a receber, como alguns de vós têm tido a coragem de reconhecer.

Aplausos do PSD.

O Governo, fiel a si próprio e à confiança nele depositada pelos Portugueses, não se exime aos custos de regularizar situações financeiras pouco claras para as quais em nada contribuiu.

A política fiscal contida na proposta de orçamento obedece a princípios de equidade, ao objectivo de simplificar e dar mais transparéncia ao sistema e à intenção de contribuir para alguma moderação do crescimento da procura interna.

Estamos perante um Orçamento de transição para um novo sistema de tributação directa que a Lei de Bases da Reforma Fiscal, já enviada a esta Assembleia, permitirá concretizar. Como é do conhecimento de todos, a reforma fiscal ainda não tem expressão no Orçamento para 1988 em resultado do derrube do X Governo Constitucional. Esperamos agora que a Assembleia da República se debruce, tão rapidamente quanto possível, sobre a nossa proposta, de modo que o Governo possa iniciar a aplicação da reforma fiscal em 1 de Janeiro de 1989.

O Governo está perfeitamente consciente das imperfeições do actual sistema tributário — apesar dos acréscimentos que lhe tem introduzido —, mas aqueles que atrasaram a concretização da reforma fiscal não podem agora exigir que o Governo a ela se antecipe.

No intuito de simplificar e tornar mais transparente o sistema fiscal, prevê-se na proposta de orçamento a eliminação de várias isenções e reduções de impostos. O acumular ao longo dos anos de inúmeros benefícios fiscais resultou, nalguns casos, em violação do princípio «do igual tratamento dos iguais» e em perda de receita sem compensação adequada em termos de desenvolvimento. Assim, é intenção do Governo, depois de uma análise cuidada, restringir a concessão de tais benefícios a situações objectivamente justificadas por razões de justiça social ou de estratégia económica.

O Governo propõe-se manter em 1988 incentivos fiscais à dinamização do mercado de capitais e ao capital de risco, atendendo à sua relevância para a poupança, o investimento e o fortalecimento do espírito empreendedor da sociedade portuguesa. Tal será também factor de consolidação das bolsas de valores portuguesas, que, após uma fase de intensas flutuações, que não é de estranhar em mercados que funcionam livremente, a que se juntou a sua relativa novidade para muitos dos seus intervenientes, tenderão naturalmente a reflectir a situação real da economia portuguesa, que, como é amplamente reconhecido, é de dinamismo saudável.

O Governo assegurará, como lhe compete, o quadro institucional e legal necessário ao desenvolvimento do mercado de capitais, na convicção de que tal é indispensável ao progresso do País, mas não interferirá para cobrir o elemento de risco que lhe é próprio desse mercado ou para limitar a livre escolha dos aforradores. Ainda têm assento nesta Assembleia da República alguns que querem mais Estado, mais burocracia, mais controle e interferências administrativas, mais dirigismo económico; no fundo menos livre iniciativa, menor liberdade económica. São ideias que estão totalmente ultrapassadas no mundo ocidental, porque falharam redondamente onde foram aplicadas, e que nenhuma força política europeia que aspire a alternativa credível se atreve a defender. Não têm assim que surpreender-se dos resultados de 19 de Julho. O povo português quer caminhar para a modernidade; rejeita os dogmas, os tabus, as ideologias ultrapassadas, as políticas de marcar passo.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O orçamento das despesas foi preparado com grande rigor de modo a obter a máxima rentabilidade social da aplicação de recursos por parte do Estado.

O Governo considera como sua obrigação prioritária o combate aos desperdícios na utilização dos dinheiros públicos, que é, como disse, dinheiro de todos os portugueses. Adoptaram-se critérios de grande exigência na escolha das despesas, dada a escassez de recursos disponíveis e as carências enormes de que o País sofre em matéria da satisfação de necessidades sociais, e está a fazer-se um grande esforço no sentido de aumentar a eficiência dos serviços públicos.

Há ainda quem se esqueça, mesmo na classe política, que as despesas públicas têm sempre de ser financiadas com impostos, presentes ou futuros, às vezes disfarçados, e viva na ilusão de que essas despesas não têm custos para os cidadãos.

Assim, como já é habitual em tempo de orçamento, temos vindo a assistir, incluindo aqui nesta Assembleia, a discursos e movimentações de deputados, grupos e personalidades clamando por mais despesas públicas sem que tenham sido capazes, até agora, de demonstrar que delas resultam benefícios sociais superiores à carga do acréscimo de impostos que teriam de ser lançados sobre os cidadãos ou que são despesas socialmente superiores a outras já previstas no Orçamento e que teriam de ser preteridas. Enquanto for assim, a satisfação dessas reivindicações e mais despesas significa, contrariamente ao que afirmam os seus autores, agravamento do bem-estar social. É óbvio que existe sempre alguns que tiram vantagens na realização de mais despesas públicas, por mais socialmente insuficientes que elas sejam, mas já deviam saber, Srs. Deputados, que não é para isso que somos governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É tempo, portanto, de esta Assembleia adoptar raciocínios mais correctos sobre o Orçamento, compatíveis, de resto, com as vastas competências que a Constituição lhe atribui neste domínio.

Não posso, no entanto, deixar de continuar com dúvidas face a algumas intervenções aqui produzidas, principalmente vindas de pessoas tecnicamente competentes em matéria de economia e finanças. Eu nem queria acreditar — inicialmente pensei que era um erro de dactilografia no discurso ...

Risos do PS.

... quando ouvi propor a diminuição das taxas dos impostos directos e o aumento das dotações para o poder local, a habitação, o ensino superior e a investigação e ouvi propor como modo de financiamento o ajustamento para cima da previsão da receita de impostos e o ajustamento para baixo das taxas de juro — presumo que externas — e da taxa de câmbio do dólar. Então, Sr. Deputado, em termos de efeitos sobre a economia tem alguma validade colocar ao lado de descidas das taxas de impostos e aumentos de despesas reais meros ajustamentos de previsões de receitas e de taxas de câmbio do dólar? A vida política não pode levar a esquecer elementaridades técnicas como esta.

Risos do PS.

Um orçamento elaborado na base de raciocínios deste tipo seria no mínimo desastroso. O PS o propôs, o PS que fique com ele; não o compramos nem a preço zero.

Aplausos do PSD.

Penso que esta referência é bastante para mostrar a credibilidade que merecem as críticas e apelos aqui lançados com base em argumentos pretensamente técnicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dentro dos condicionamentos impostos pela indispensável contenção do défice orçamental e da escassez de recursos disponíveis, o Governo encaminhou meios prioritariamente para fazer face à expansão dos sistemas de educação e da saúde e para o financiamento de um ambicioso programa de investimentos públicos, principalmente nas áreas das infra-estruturas de transporte e comunicações, da educação, da cultura e da investigação científica e também para o financiamento das contrapartidas a cargo do Estado em projectos que beneficiam de apoios comunitários. Foram também contemplados de novo, de modo especial, os programas voltados para a juventude, na linha do esforço que desenvolvemos nos últimos dois anos.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — As prioridades do orçamento das despesas reflectem a preocupação do Governo de, por um lado, dar resposta às carências mais sentidas pelos estratos populacionais de menores recursos, garantindo a igualdade de oportunidades, e, por outro lado, desenvolver harmoniosamente e modernizar o País.

A proposta de Orçamento para 1988 é a proposta para o 3.º ano de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Adesão que, no projecto de desenvolvimento que estamos a realizar, constitui uma importante oportunidade para recuperar o atraso do País em relação aos níveis médios europeus. Para isso, tem o Governo vindo a defender cuidadosamente os interesses portugueses no quadro do reforço da construção da União Europeia e a criar condições para o correcto aproveitamento dos recursos colocados à nossa disposição, ao mesmo tempo que prepara as reformas de fundo necessárias para garantir o êxito da plena integração no espaço europeu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No plano financeiro deve realçar-se que o saldo favorável a Portugal das transferências da CEE deve ultrapassar 50 milhões de contos em 1987 e, embora neste momento subsista alguma incerteza quanto aos fluxos financeiros de 1988, dada a não aprovação do Orçamento comunitário, pensa-se que se manterá o saldo positivo para Portugal, e em montante acrescido. O Orçamento apresentado pelo Governo permite assegurar a absorção dos recursos comunitários que virão a ser disponibilizados para Portugal, estando garantidos os necessários adiantamentos e contrapartidas nacionais para os diferentes programas. A prioridade que se impõe dar à absorção dos fundos comunitários implicou um grande esforço de contenção e de exigência noutras áreas das despesas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de orçamento apresentada a esta Assembleia irá permitir à economia portuguesa obter de novo bons resultados no próximo ano, criando, ao mesmo tempo, condições para o avanço das reformas estruturais que foram lançadas pelo Governo.

A circunstância de a recuperação económica portuguesa se ir consolidar em 1988, com índices de crescimento de um modo geral bem mais favoráveis do que as médias europeias, não significa, porém, que o Governo não esteja plenamente consciente dos atrasos, das carências e das injustiças que ainda presistem na sociedade portuguesa. Pelo contrário, é porque sentimos tudo isso que nos move o imperativo patriótico de continuar a trabalhar com todas as nossas forças para mudar Portugal. É para isso que somos governo e não voltamos a cara aos obstáculos que nos surgem pelo caminho.

Mas também não ignoramos que só será possível desenvolver e modernizar Portugal pelo esforço responsável de todos os portugueses. A herança do paternalismo estatal do antigo regime, fortemente agravada após o 25 de Abril por uma tendência estatizante, criou em muitas mentalidades o instinto de esperar que o Estado resolva tudo ou quase tudo. O Governo não contribuirá para esse erro nefasto, pois sabe que o País mudará sobretudo pela iniciativa e a capacidade da sociedade civil.

Não fechamos os olhos à realidade: o Portugal de hoje, o Portugal da CEE do final do século XX. Neste Portugal há ainda quem passe fome, quem não disponha de uma habitação digna, quem não consiga ocupação útil na sociedade. Há empresas que funcionam com índices de produtividade e eficiência inaceitáveis na Europa comunitária. Há grandes mazelas na agricultura. Há salários e pensões de nível muito baixo, há trabalho infantil. Há serviços e infra-estruturas que não correspondem às necessidades dos Portugueses. Há recursos que são mal empregues e mesmo desperdiçados, alguns no sector público.

Há tudo isto ainda, apesar de uma impressionante viragem conseguida nos dois últimos anos, que mereceu do povo português um apoio, através do voto livre, de dimensão quase sem precedentes na Europa Ocidental.

Aplausos do PSD.

Tomar plena consciência do que de negativo ainda persiste entre nós não pode levar-nos a atitudes de desânimo e apatia como aquelas que até há não muito tempo predominavam em Portugal. Ao invés, o surto de confiança e optimismo que vivemos desde há dois anos oferece uma excelente base para que todos os portugueses, com coragem e determinação, assumam as suas responsabilidades no

combate aos males económicos e sociais que nos afectam e que são essencialmente superáveis pelo nosso esforço colectivo.

Na batalha da modernização económica e da solidariedade social o Governo está a cumprir a sua missão. Queremos, e estamos a criar condições para conseguir, menos Estado e melhor Estado, para que o sector público realize com eficiência as suas funções e a sociedade civil disponha de mais espaço de liberdade, que a leve, com autonomia mas com sentido patriótico, a empenhar-se no desenvolvimento da Nação e na realização efectiva da solidariedade entre os Portugueses.

As carências e os atrasos que ainda existem no nosso País preocupam-me, certamente, mas não me desencorajam. Sei que podemos vencê-los. Com o trabalho do Governo, sim, mas acima de tudo com o esforço, a inteligência, a vontade e o empenhamento dos Portugueses. Não queremos que ninguém fique marginalizado, nem mesmo os Srs. Deputados da oposição que vão votar contra o Orçamento para que os meios de comunicação social lhes dêem título de caixa alta.

Aplausos do PSD.

Em democracia consolidada, integrado na Europa comunitária, dispondo de estabilidade governativa e de paz social, vivendo um clima de confiança e de optimismo novo, Portugal dispõe hoje de um conjunto de condições de que há muito não disfrutava e que permitem dar o grande salto em frente. Estamos a fazê-lo e da nossa parte não vamos desistir.

Não podemos desperdiçar a oportunidade de desenvolvimento e de progresso que temos à nossa frente. E ao convidar todos os portugueses a empenharem-se com patriotismo neste combate decisivo, faço-o sem quaisquer sombras de paternalismo de Estado, mas sentindo que o Governo e eu próprio falhariamo-nos se não contribuíssemos para mobilizar todo o País, em liberdade, para as tarefas instantes do desenvolvimento, da justiça e da solidariedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao elaborar a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 1988, o Governo está a dar um passo importante nesse sentido. Mas a palavra decisiva cabe à sociedade, às suas instituições, a todos e a cada um dos portugueses. O Governo e o partido que o apoia não fogem às suas responsabilidades. Oxalá o mesmo se possa dizer de todos os Srs. Deputados dos partidos da oposição!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encerrado o debate das propostas de lei n.º 14/V e 15/V, passamos agora à sua votação.

Vamos, pois, votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 15/V — Grandes Opções do Plano para 1988.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e votos contra do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

Vamos agora votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 14/V — Orçamento do Estado para 1988.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e votos contra do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, é para, nos termos regimentais, informar V. Ex.^a de que os Srs. Deputados Pereira Coelho, Jaime Milhomens, Miguel Macedo, Jorge Paulo Cunha, João Matos, José Puig Costa, Nuno Silvestre, Miguel Relvas, João Poças, Fernando Pereira, José Cesário, José Lapa Paiva, Eduarda Silva, Mário Maciel e eu próprio entregaremos na Mesa uma declaração de voto.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Isto é caixa alta!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Altíssima!

Risos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Rui Machete pede a palavra para que efectue?

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, quando V. Ex.^a terminar os actos subsequentes à votação, solicito a palavra para dar uma informação à Câmara acerca dos trabalhos da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

O Sr. Presidente: — Assim se fará, Sr. Deputado.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que os deputados eleitos pelos círculos eleitorais dos Açores e da Madeira entregaram na Mesa uma declaração de voto por escrito.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Ah, bom!

Vozes do PS: — Ai, ai, ai!

O Sr. Presidente: — Para dar uma informação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de comunicar uma alteração à ordem dos trabalhos para hoje à tarde da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Os trabalhos começarão às 18 horas, com a presença do Sr. Ministro da Educação, e prosseguirão às 22 horas com o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. A Sr.^a Secretária de Estado da Cultura, cuja presença estava prevista para as 15 horas de hoje, virá à Comissão às 18 horas de sexta-feira.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo que a próxima reunião plenária terá lugar amanhã, pelas 10 horas. Da respectiva ordem de trabalhos constam o voto sobre Timor Leste e a discussão e votações do «pacote autárquico» (votações na generalidade e na especialidade e votação final global).

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Alípio Barrosa Pereira Dias.
António José Caeiro da Mota Veiga.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Pereira Lopes.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.
Manuel José Dias Soares Costa.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Rui Alberto Limpo Salvada.

Partido Socialista (PS):

António de Almeida Santos.
António Carlos Ribeiro Campos.
José Barbosa Mota.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Partido Comunista Português (PCP):

António José Monteiro Vidigal Amaro.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
José Manuel Santos Magalhães.
Maria Ilda Costa Figueiredo.
Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação e relativas às propostas de lei n.º 14/V — Orçamento do Estado para 1988 e 15/V — Grandes Opções do Plano para 1988.

Os Deputados da JSD votaram favoravelmente as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado por convicção e por coerência.

Por convicção porque, como ficou provado, o Orçamento cresce em termos reais nas verbas que dizem respeito à juventude, prosseguindo o esforço de investimento que, no quadro da política global e integrada de juventude, o Governo vem desenvolvendo.

Por coerência porque, na linha dos reparos e críticas que produziram no relatório que ajudaram a construir e a aprovar na Comissão Parlamentar de Juventude, os deputados da JSD encontram-se disponíveis para, em sede de especialidade, contribuir para a melhoria do Orçamento do Estado, defendendo, nomeadamente, acréscimos de dotações em:

Apoio às associações de estudantes;
Intercâmbio juvenil;
Apoio ao associativismo juvenil;
Difusão da cultura e língua portuguesa;
Alfabetização;
Construções escolares.

Palácio de São Bento, 17 de Dezembro de 1987. — Os Deputados do PSD: Pereira Coelho — Jaime Milhomens — Miguel Macedo — Jorge Paulo Cunha — João Matos — José Puig Costa — Nuno Silvestre — Miguel Relvas — João Poças — Fernando Pereira — José Cesário — José Lapa Paiva — Eduardo da Silva — Mário Maciel — Carlos Coelho.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
António Manuel Lopes Tavares.
Arménio dos Santos.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Joaquim Vilela de Araújo.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Ângelo Ferreira Correia.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Rui Manuel Almeida Mendes.

Partido Socialista (PS):

Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Jaime José Matos da Gama.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
José Manuel Torres Couto.
Mário Augusto Sottomayor Cardia.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Campos Rodrigues Costa.
Domingos Abrantes Ferreira.
João António Gonçalves do Amaral.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Os deputados do PSD pelos círculos dos Açores e da Madeira votaram favoravelmente e na generalidade a proposta de lei n.º 14/V, mas com o significado de que, embora discordando do tratamento insuficiente, discriminatório e injusto que a proposta do Orçamento do Estado para 1988 dispensa às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, não estão contra os objectivos de política económica do Governo nem contra o programa financeiro nas suas linhas gerais.

Neste momento, e porque a posição dos deputados do PSD pelos círculos dos Açores e Madeira não deve ser confundida com a orientação negativista dos partidos da oposição, manifestam a sua solidariedade política ao Governo, mas não às medidas inseridas no Orçamento do Estado para 1988 quanto às regiões autónomas.

Duas outras votações se seguirão sobre o Orçamento do Estado para 1988: a votação na especialidade e a votação global final, ocasiões próprias para os deputados do PSD pelos círculos dos Açores e da Madeira expressarem a sua derradeira posição a definir face ao texto final da proposta de lei do Orçamento do Estado para 1988.

Palácio de São Bento, 17 de Dezembro de 1987. — Os Deputados do PSD: Vargas Bulcão — Carlos Lélis — Cecília Catarino — Jardim Ramos — Guilherme Silva — Melo Alves — Mário Maciel — Álvaro Dâmaso.

OS REDACTORES: Cacilda Nordeste — José Diogo.



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 104\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex